



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Alexandre Augusto e Souza


**Pesquisa em educação: aspectos do processo de
institucionalização na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos***

Rio de Janeiro

2019

Alexandre Augusto e Souza

**Pesquisa em educação: aspectos do processo de institucionalização na
*Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos***



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Siomara Moreira Vieira Borba

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S729 Souza, Alexandre Augusto e.
Pesquisa em educação: aspectos do processo de institucionalização
na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos / Alexandre Augusto e
Souza. – 2019.
76 f.

Orientadora: Siomara Moreira Vieira Borba.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Educação – Teses. 2. Periódicos Brasileiros – Teses. 3. Pesquisa
educacional – Teses. I. Borba, Siomara Moreira Vieira. II. Universidade
do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es CDU 37:070(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Alexandre Augusto e Souza

**Pesquisa em educação: aspectos do processo de institucionalização na
*Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos***

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 15 de fevereiro de 2019.

Banca Examinadora:

Prof^a Dra. Siomara Moreira Vieira Borba (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj)

Prof. Dr. Fernando Cesar Ferreira Gouveia
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj)

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

Para minha mãe, Mirian Augusto, um ser humano exemplar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) para o desenvolvimento da pesquisa. Um agradecimento especial à Professora Siomara Borba pela orientação recebida e a todos que contribuíram com a pesquisa.

Cada cidadão brasileiro precisa estar mentalmente preparado para repudiar convictamente a estranha doutrina, que para muitos parece natural, de que os golpes de Estado, dirigidos por minorias que se acreditam “esclarecidas”, constituem um sucedâneo eficaz do processo democrático.

Florestan Fernandes

RESUMO

SOUZA, A. A. *Pesquisa em educação: aspectos do processo de institucionalização na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. 2019. 76 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

O tema da dissertação é a institucionalização da pesquisa em educação. O objetivo é apresentar os debates e identificar os aspectos quanto ao processo de institucionalização da pesquisa em educação no periódico *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*. Pergunta-se que discussões estão presentes na *RBEP* quanto à institucionalização da pesquisa em educação. Trata-se de uma pesquisa composta por textos selecionados no periódico *RBEP*. A identificação e organização dos debates foram subsidiados pelas análises realizadas por Florestan Fernandes quanto às transformações sociais e suas repercussões nas mais variadas instituições. Os debates na *RBEP*, quanto à institucionalização da pesquisa educacional, estão circunscritos em dois grupos de discussões. Os debates referem-se à vinculação das instituições de pesquisas educacionais às transformações sociais e quanto ao desenvolvimento da pesquisa em educação e de suas instituições. Ao longo dos debates foram constituídos dois aspectos para entendimento do processo de institucionalização da pesquisa em educação na *RBEP* e referem-se ao aspecto político-institucional da pesquisa educacional e o aspecto normativo-funcional das instituições de pesquisas educacionais.

Palavras-chave: Pesquisa em educação. Institucionalização. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Florestan Fernandes.

ABSTRACT

SOUZA, A. A. *Research in education: aspects of the process of institutionalization in the Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* 2019. 76 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

The theme of the dissertation is the institutionalization of research in education. The objective is to present the debates and to identify the aspects regarding the process of institutionalization of research in education in the *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP). It is questioned that discussions are present in the RBEP regarding the institutionalization of research in education. It is a research composed by texts selected in the RBEP journal. The identification and organization of the debates were subsidized by the analyzes carried out by Florestan Fernandes regarding the social transformations and their repercussions in the most varied institutions. The debates in RBEP, regarding the institutionalization of educational research, are circumscribed in two groups of discussions. The debates refer to the linking of educational research institutions to social transformations and to the development of research in education and its institutions. During the debates, two aspects were constituted to understand the process of institutionalization of education research in the RBEP and refer to the political-institutional aspect of educational research and the normative-functional aspect of educational research institutions.

Keywords: Educational research. Institutionalization. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Florestan Fernandes.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de textos identificados na seção destinada à publicação dos resultados de pesquisas educacionais.....	33
Tabela 2 - Catálogo comparativo autores/número de textos publicados na seção destinada à publicação dos resultados de pesquisas educacionais na <i>RBEP</i>	33
Tabela 3 - Temas de pesquisas nos títulos dos textos publicados na <i>RBEP</i> por divisão cronológica.....	34
Tabela 4 - Textos contendo os descritores pesquisa educacional e/ou pesquisa em educação na <i>RBEP</i>	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

RBEP	<i>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</i>
Inep	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e/ou Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
CBPE	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
<i>Episteme</i>	Núcleo de Pesquisa em Epistemologia e Metodologia das Ciências
ProPEd	Programa de Pós-Graduação em Educação
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Aera	Associação Americana de Pesquisa Educacional
Cipe	Conferência Internacional de Pesquisa Educacional

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E SUAS REPERCUSÕES NO DESENVOLVIMENTO DAS INSTITUIÇÕES.	15
1.1	O processo de produção material como impulsionador dos processos de transformação social.	15
1.2	As instituições como difusoras e indutoras das transformações sociais.	17
1.3	A educação e a pesquisa educacional institucionalizada como contribuintes dos processos de transformação social.	22
2	INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO: OS DEBATES NO PERIÓDICO <i>REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (RBEP)</i>	25
2.1	Contexto, apresentação e quantificação dos debates.	25
2.2	A sociedade, suas transformações e as instituições de pesquisas em educação.	38
2.3	O desenvolvimento das instituições de pesquisas educacionais: proposições às políticas públicas para a pesquisa educacional e suas instituições.	45
2.3.1	<u>O desenvolvimento das instituições de pesquisas educacionais: a formação do pesquisador em educação</u>	46
2.3.2	<u>O desenvolvimento das instituições de pesquisas educacionais: a cooperação institucional em educação.</u>	52
2.3.3	<u>O desenvolvimento das instituições de pesquisas educacionais: a avaliação institucional da pesquisa em educação.</u>	55
3	ASPECTOS DOS DEBATES QUANTO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO NO PERIÓDICO <i>RBEP</i>.	59
3.1	O político-institucional como aspecto do processo de institucionalização da pesquisa educacional.	60
3.2	O normativo-funcional como aspecto do processo de institucionalização da pesquisa educacional	64
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
	REFERÊNCIAS	72
	ANEXO - Artigos sobre pesquisa educacional e/ou pesquisa em educação, na Seção Ideias e Debates, Estudos e Debates e Estudos, na <i>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</i>	75

INTRODUÇÃO

A dissertação “Pesquisa em Educação: aspectos do processo de institucionalização na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*” tem origem no conjunto de pesquisas realizadas no Grupo Episteme¹ quanto aos aspectos político-institucionais e teórico-metodológicos da pesquisa em educação no Brasil. A dissertação nasceu da pesquisa intitulada “70 anos de pesquisa em educação: o debate sobre a prática da pesquisa nos periódicos na área da educação no Brasil”. Pesquisa que mapeou e analisou os aspectos político-institucionais e teórico-metodológicos da pesquisa educacional brasileira, nos textos publicados nos periódicos *RBEP*, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e *Cadernos de Pesquisa (CP)*, da Fundação Carlos Chagas (FCC), correspondentemente nos períodos de 1944 a 2014 e 1971 a 2011.

A institucionalização da pesquisa educacional é o objeto da dissertação. O objetivo é apresentar os debates e identificar os aspectos quanto ao processo de institucionalização da pesquisa em educação no textos selecionados na *RBEP*. Pergunta-se que discussões estão presentes quanto à institucionalização da pesquisa educacional nos textos sobre pesquisa educacional e/ou pesquisa em educação na *RBEP* em 70 anos de publicação, compreendendo os anos de 1944 a 2014? Pergunta-se que caracterizações constituem o processo de institucionalização da pesquisa educacional a partir dos debates sobre pesquisa educacional e/ou pesquisa em educação nos textos da *RBEP*?

Trata-se de uma pesquisa realizada na *RBEP*, em textos selecionados, para identificação dos debates quanto à institucionalização da pesquisa em educação. A escolha do periódico *RBEP*, para alcance do objetivo da pesquisa deu-se, a partir de Gil (2008)², pela possibilidade de acesso a um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações ou em diversos números de uma mesma publicação, para alcance do objetivo de estudo proposto.

Para Silva et al (2009, p.4565), a pesquisa em periódicos caracteriza-se pela presença de “[...] fontes ricas e estáveis [...], apresentando certa durabilidade [...]”. De acordo com Silva et al (2009), o trabalho com periódicos pode ser caracterizado

¹ Núcleo de Pesquisa em Epistemologia e Metodologia das Ciências (*Episteme*), coordenado pela Professora Dra. Siomara Borba, situado no Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPed/Uerj). Grupo de pesquisa certificado pelo CNPq.

² GIL, A. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008

por três etapas. O primeiro momento da pesquisa refere-se à identificação do material, quanto ao tipo de material a ser consultado. No segundo momento da pesquisa, as informações identificadas são selecionadas e organizadas para posterior tratamento analítico. No terceiro momento, ocorre o tratamento analítico com fins de reflexão e proposição quanto aos objetivos propostos na pesquisa. O material de pesquisa recebe outras interpretações “[...] de forma que essa sistematização possibilite novos estudos do material, bem como facilite a produção do relatório de pesquisa.” (SILVA ET AL, 2009, p. 4561)

A pesquisa teve como material de exploração o periódico *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*. A *RBEP* foi criada em 1944 pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep)³. O Inep foi criado em 1937 no âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública e ganha contornos administrativos e jurídicos em definitivo no ano seguinte. O Inep é atualmente denominado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Esse órgão foi criado e constituído pelo trabalho de pesquisa planejado e controlado distanciando-se do trabalho de pesquisa caracterizado pela ação imediata e espontânea. O Instituto promoveu e promove inquéritos, estudos e pesquisas sobre os problemas educacionais, bem como recolhe, sistematiza e divulga as pesquisas realizadas pelas instituições educacionais, além de orientações sob a forma de treinamentos voltados para as demais instituições educacionais e de pesquisa em educação.

Segundo Lídia Alvarenga (2000, p.203), os periódicos educacionais “[...] potencializa[m] informações para o conhecimento de especificidades da área [...] da Pesquisa Educacional e [...] seus textos podem contribuir para o desvelamento de características do processo de evolução dessa mesma área.” Em se tratando do periódico educacional *RBEP*, de acordo com Lídia Alvarenga (1996)⁴ tornou-se uma referência para a pesquisa na área educacional por sua antiguidade, por seu âmbito nacional de circulação, por sua vinculação oficial ao Estado e por seu objetivo de garantir uma representatividade nacional na educação.

A pesquisa foi iniciada pela seleção dos textos contendo os descritores pesquisa educacional e/ou pesquisa em educação presentes nos títulos e/ou nas

³ Ver em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/historia>. Acesso em: 20 de mar. 2018.

⁴ ALVARENGA, Lídia. *A institucionalização da pesquisa educacional no Brasil: estudo bibliométrico dos artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1974)*. 1996. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação/Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

palavras-chave. Textos presentes na *RBEP* na seção destinada à divulgação dos resultados de pesquisas educacionais denominada Ideias e Debates, posteriormente denominada Estudos e Debates e atualmente denominada Estudos. A identificação dos textos partiu da leitura de um catálogo produzido pelo grupo de pesquisa *Episteme* no ano de 2014. Catálogo⁵ em que consta a identificação de todos os textos publicados na seção Ideias e Debates, posteriormente denominada de Estudos e Debates e atualmente denominada Estudos, entre os anos de 1944 até o ano de 2014. Após a identificação dos textos com os descritores pesquisa educacional e/ou pesquisa em educação ocorreu a leitura integral dos textos. Para Lima & Mioto (2007, p.41), “No caso da pesquisa bibliográfica, a leitura apresenta-se como a principal técnica, pois é através dela que se pode identificar as informações e os dados contidos no material selecionado [...]”.

No periódico *RBEP* identificou-se 21 textos⁶, contendo os descritores pesquisa educacional e/ou pesquisa em educação presentes nos títulos e/ou palavras-chave, entre os anos de 1956 a 2009. O período de busca dos textos compreende o ano de 1944, ano de impressão do primeiro número do periódico *RBEP* e o ano de 2014, ano limite do levantamento dos textos.

Os debates quanto à institucionalização da pesquisa educacional foram organizados e posteriormente analisados em dois conjuntos de discussões. O primeiro conjunto de discussões refere-se à vinculação da pesquisa educacional e de suas instituições às demandas de uma sociedade em transformação, destacando as instituições de pesquisas em educação como contribuintes para as políticas de desenvolvimento, especificamente, para as políticas educacionais. O segundo conjunto de discussões quanto à institucionalização da pesquisa educacional refere-se ao desenvolvimento da pesquisa em educação e de suas instituições. São discussões referentes às demandas próprias e cotidianas das instituições de pesquisa em educação.

Nos debates identificados na *RBEP* verifica-se a presença de duas formas de abordagens, considerando os dois conjuntos de discussões identificados quanto ao processo de institucionalização da pesquisa educacional. No primeiro conjunto de

⁵ A seleção dos artigos partiu da leitura de um catálogo contendo todos os artigos publicados na seção *ideias e debates*, posteriormente denominada *estudos e debates* e atualmente denominada *estudos*, na *RBEP*, no período de 1944 a 2014. Levantamento realizado pelo grupo de pesquisa *Episteme* entre os anos de 2012 a 2014.

⁶ Ver no anexo da dissertação a lista dos 21 artigos identificados na *RBEP*.

debates, as abordagens destacam a criação e a trajetória das instituições de pesquisas educacionais. No segundo conjunto de debates, a abordagem destaca as proposições realizadas pelos pesquisadores educacionais, direcionadas para a constituição de políticas para a pesquisa em educação e de suas instituições. A proposição de políticas para a área da pesquisa em educação e de suas instituições destaca a necessidade de formação do pesquisador, de cooperação institucional e de avaliação institucional.

Na construção dos aspectos quanto à institucionalização da pesquisa educacional, presentes nos debates identificados e organizados em torno da pesquisa em educação na *RBEP*, espera-se o levantamento de questões que promovam o entendimento do processo de institucionalização da pesquisa em educação, bem como a abertura de novos estudos desse processo e a busca por referenciais que contribuam para o estudo da institucionalização da pesquisa educacional.

Florestan Fernandes nos ajuda com o referencial teórico para a leitura, organização e reflexão dos debates selecionados na *RBEP*. Nos textos de Florestan Fernandes (1966, 1974, 1975, 1976, 1981, 2011) verificam-se análises quanto às sociedades em transformação e seus desdobramentos no desenvolvimento das instituições. Florestan Fernandes faleceu em 1995, foi sociólogo e professor universitário, considerado um dos mais importantes pesquisadores e analistas da sociedade em transformação. Análises que incluem, no processo de transformação social, os desdobramentos políticos do desenvolvimento das mais variadas instituições.

A exposição do texto é realizada em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta as análises de Florestan Fernandes quanto às mudanças sociais, bem como os reflexos dos processos de transformação social no desenvolvimento das instituições. O segundo capítulo apresenta uma síntese do contexto de produção das pesquisas educacionais nos anos de 1950, 1960 e 1970 e apresenta e classifica os debates sobre a institucionalização da pesquisa educacional. O terceiro capítulo realiza a análise dos debates apresentados e classificados no segundo capítulo, apresentando aspectos que caracterizem o processo de institucionalização da pesquisa em educação no periódico *RBEP*.

1 TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E SUAS REPERCUSÕES NO DESENVOLVIMENTO DAS INSTITUIÇÕES.

1.1 O processo de produção material como impulsionador dos processos de transformação social.

Florestan Fernandes⁷ é o autor referência para leitura e reflexão dos debates sobre a institucionalização da pesquisa educacional no periódico *RBEP*. Fernandes (2011, 1981, 1978, 1976, 1975, 1974, 1966) foi autor de uma série de análises publicadas sobre as sociedades em mudança, especialmente, sobre as sociedades brasileira e latino-americana. São análises quanto aos processos de institucionalização decorrentes das transformações econômico-políticas. Nas análises, destacam-se os acontecimentos que afetaram diretamente os processos de institucionalização e, por conseguinte, o processo de institucionalização da pesquisa. São acontecimentos quanto ao processo de transformação social com a abordagem das instituições enquanto mediadoras dos processos de transformação.

Fernandes (1966, 1974, 2011) destaca o processo de produção material como base para as demais transformações sociais. Analisa a necessidade de reeducação e reinterpretação da realidade, por meio cooperativo, através das instituições, para a realização das transformações em curso. Além das mudanças de ordem material e de sua difusão via institucional destaca-se a presença de ideários presentes nas políticas de desenvolvimento, com fins de legitimação das mudanças decorrentes do processo material de produção. A partir das transformações econômicas constituem-se os ideários de uma época, com fins de legitimação das políticas de desenvolvimento, para o auxílio à condução regular da vida coletiva e cotidiana.

Para a compreensão das transformações sociais e seus desdobramentos quanto ao desenvolvimento das instituições destaca-se, em Fernandes (1976), o entendimento de que a organização da vida é subordinada ao meio material que nos circunda. Uma sociedade se constitui e se desenvolve através da produção material

⁷ Florestan Fernandes participou da implementação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, ligado ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), nos anos de 1950. Foi homenageado em 1991 pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) e foi homenageado em 2005 pela *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*. Florestan Fernandes escreveu sobre temas ligados às transformações sociais e escreveu sobre a educação. Na área da educação destacam-se os livros *Educação e sociedade no Brasil* (1966), *Universidade brasileira: reforma ou revolução* (1975) e *O desafio educacional* (1989), bem como artigos escritos para a *RBEP*.

coletiva. O ato fundamental de constituição dos indivíduos e de toda a sociedade é a capacidade de produzirem seus meios de existência e de modificarem sua forma de produzir ao longo da história. As pessoas estão vinculadas a partir de modos de organização material a qual elas pertençam, direcionando as tarefas e os problemas que serão constituídos ao longo do tempo. Fernandes (1976, p.132) afirma que na vida em comum, enfrentam-se desafios que derivam originalmente da organização material que a vida é submetida, pois “[...] todas as sociedades possuem e enfrentam dilemas: [...] que são universais e derivam de padrões materiais [...]”.

De acordo com Fernandes (2011), a organização das relações na vida coletiva são orientadas pelo meio material, pela complexificação e pela especialização dos processos produtivos. Transformações instigadas por novas formas de compreender o tempo e o espaço, impactando na organização da vida cotidiana. Fernandes (2011) destaca a presença e a necessidade de um padrão para a organização das relações, bem como a presença de modos específicos de conformação e expansão do correspondente padrão de relações, por meio institucional. Fernandes (2011, p. 33-34) afirma que a formação e a expansão de um padrão com fins de conformação das relações sociais “[...] envolve ideais bem definidos de assimilação e de aperfeiçoamento interno constante das formas econômicas, sociais e políticas de organização da vida [...]”.

A transformação de uma sociedade é fomentada pelas alterações no modo de produção material e destaca-se a presença de novas técnicas de produção que deverão ser incorporadas à dimensão do trabalho. A complexificação, a especialização e a diversificação dos processos produtivos, bem como a expansão da produção material são condições para a transformação das relações sociais, com desdobramentos para os processos institucionais. Fernandes (1981) afirma que a presença de novos processos de produção material demandam por um novo comportamento de vida social e a difusão do conhecimento condizente com as mudanças que a nova realidade produtiva/técnica impõem aos trabalhadores. Fernandes (1981) compreende que a modificação e o desenvolvimento da vida política, os métodos de aplicação de uma dada política, bem como o funcionamento das instituições estarão relacionados à modificação do modelo produtivo material de uma sociedade.

Segundo Fernandes (1974), as relações sociais não se reorganizam de modo uniforme e concomitante a um modelo de transformação produtiva em expansão. As

mudanças, no conjunto de uma sociedade, são processadas em um ritmo lento e desigual, ainda mais quando as transformações numa sociedade tendem absorver/constituir padrões de relações sociais demasiado complexos, em condições sociais instáveis/desiguais na sociedade a ser implementada. Fernandes (1974) destaca que uma sociedade enfrenta a ausência constante de condições econômico-políticas propícias que permitam a penetração e a funcionalidade das formas de produção material e de suas correspondentes técnicas de produção. Na ausência de condições econômico-políticas para difusão de um novo padrão de produção, de suas técnicas e de suas correspondentes relações, verifica-se uma permanente desorganização social refletida nas ações cotidianas, dificultando a adoção de qualquer modelo de relações para a condução da vida diária. A inserção de inúmeros objetos e novas funções à vida cotidiana demanda por novas práticas que sejam socializadas e que assumam a função de inserir cada pessoa no sistema de vida material vigente.

1.2 As instituições como difusoras e indutoras das transformações sociais.

Fernandes (1981) destaca que nenhum grupo social está previamente capacitado para reproduzir técnicas e valores por conta do subaproveitamento dos aspectos material e humano disponíveis. A resolução desta problemática está na formação em larga escala, pela via institucional. Para Fernandes (1981), as instituições atuam na resolução deste problema, recompondo a perda de referências a serem utilizadas no âmbito de uma coletividade, atuando sob as ações que se tornaram obsoletas para as novas demandas socialmente estabelecidas. Sem a presença de instituições capazes de atuar sob uma coletividade, todo processo de mudanças ficaria em suspenso e não haveria regularidade para a condução da vida coletiva e cotidiana. A presença das instituições seria um caminho para superação de contextos formados por um novo modelo de produzir e de viver em implantação e/ou expansão. Segundo Fernandes (1981),

[...] impunha-se envolver as massas, institucionalmente, nos mecanismos de organização e funcionamento do poder político [...]. Portanto, nesse nível a integração nacional surge como um processo que tende a universalizar certos ajustamentos políticos, de importância capital para a existência e a sobrevivência de uma comunidade nacional [...] (FERNANDES, 1981, p. 129)

As instituições são consideradas parte de uma sociedade e seu funcionamento leva em conta as condições presentes na específica sociedade da qual façam parte. O funcionamento das mais variadas instituições está condicionada às novas formas de viver e de pensar a vida coletiva e cotidiana. Formas de viver e de pensar caracterizados pela produção material coletiva, demandadas pelas constantes alterações na percepção social do espaço/tempo.

Pela via institucional seria possível a melhora na capacidade de manipulação dos problemas para uma mudança planejada/controlada. Buscam-se novas percepções, explicações e formas de resolução dos problemas, por meio da descoberta de procedimentos que possam controlar certos efeitos úteis e formas de organização das atividades humanas, seguindo um esquema rigorosamente pré-estabelecido, um padrão.

As instituições como difusoras/indutoras estimulam as transformações em uma sociedade a partir de ações objetivas e previamente definidas. Em uma sociedade, constantemente em mudanças, espera-se que as atividades, de modo institucionalizado passem a ocupar posições estratégicas para a consolidação de um padrão de relações. Por meio das instituições seria possível buscar meios para racionalizar o trabalho e o aperfeiçoamento das técnicas direcionadas ao trabalho, exigindo-se grandes modificações no âmbito da educação que deverá voltar-se para uma formação vinculada à lógica própria do mundo da produção material e, especificamente, industrial, expandindo-se, desse modo, para todas as esferas da vida social.

Segundo Fernandes (2011), a presença das instituições possibilita a articulação de novas atividades e práticas para a realização de um processo de mudanças, especialmente, quando os processos de desenvolvimento ocorrem em condições adversas e/ou aceleradas. De acordo com Fernandes (1975, p.16), as transformações sociais revelam, comumente, coletividades sem “[...] canais institucionais para concentrar suas energias criadoras, usá-las de modo coordenado e racional, [por uma] [...] mudança cultural inteligente, controlada e dirigida”.

As instituições são utilizadas como instrumentos de defesa e suporte, visando garantir maior estabilidade na condução de um processo de mudanças, para a formação e a garantia da permanência de um novo padrão condutor das relações numa sociedade. Fernandes (2011) considera que através das instituições é possível alargar e melhorar a capacidade de manipulação dos problemas, por meio

da conquista de uma escala mínima de regularidade, de segurança e de autonomia, na maneira de perceber e pensar o presente ou o futuro em termos coletivos. A atuação institucional é representada pela normatização de uma série de atividades e de processos cotidianos. Uma intervenção planejada sob as mudanças em curso, para reorganização da vida cotidiana, desencadeando obrigações práticas e morais, além de controles para restringir ou eliminar desvios prejudiciais ao equilíbrio e rendimento dos sistemas de poder econômico e político.

De acordo com Fernandes (2011), toda sociedade precisa implementar novas técnicas de trabalho necessárias para as novas atividades em expansão. Do contrário ocorre uma frágil identificação com o ritmo de vida em difusão, originário das transformações dos meios de produção material. Verifica-se um ritmo conturbado de reorganização econômica e política, visto a incorporação de toda uma sociedade a um novo modo de produzir e viver.

Sem as condições necessárias para realização das mudanças desejadas, a realização das transformações no âmbito econômico tornam-se dependentes da constituição de ideários que busquem a participação e a cooperação da classe trabalhadora. Processos de desenvolvimento incompatíveis com as condições econômico-políticas tornam-se especialmente dependentes de movimentos coletivos, para adesão a um conjunto disseminado de ideias que promova a projeção de um futuro materialmente próspero.

Miriam Cardoso⁸ (1978), a partir de Fernandes (1974) afirma que ideários vinculados às políticas de desenvolvimento são constituídos em um momento de transição econômica, acompanhado de instabilidade política, instabilidade combatida através da expansão material. Para Cardoso (1978, p. 88), “Todos os demais campos ideológicos – o religioso, o filosófico, o artístico, o científico, etc. – se constroem sob esta dominância [...]”. O desenvolvimento é idealizado enquanto meta material, progresso material, uma transformação quantitativa, mais que um crescimento, uma expansão acelerada. “Toda a matriz do problema, [...] está em conseguir o impulso, considerado decisivo, [...]”. (CARDOSO, 1978, p.101)

⁸ Miriam Limoeiro Cardoso é socióloga, professora aposentada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Universidade Federal Fluminense (Uff). Foi diretora do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e coordenadora do Grupo de Trabalho de Política Educacional (1986-1988). Estudiosa da obra de Florestan Fernandes publicou os seguintes textos: Florestan Fernandes: a criação de uma problemática (1996); Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes (1996) e Para uma história da sociologia no Brasil: a obra sociológica de Florestan Fernandes — algumas questões preliminares (1994).

Segundo Cardoso (1978), o crescimento econômico sem as condições prévias para sua expansão ocorre de forma pouco controlada e as políticas de desenvolvimento buscam promover certa previsibilidade para o processo em transformação. A necessidade de um ideário de legitimação para as políticas de desenvolvimento dá-se pela incapacidade do crescimento econômico, no ritmo e no sentido desejados. Torna-se necessário conscientizar a população para os benefícios das políticas de desenvolvimento, sem a certeza de que ocorram tais benefícios. Tratam-se de ideários compostos por grandes mobilizações da consciência, de projeção de esperanças de um futuro grande, de expansão a todo custo, não importando o tipo de expansão. O desenvolvimento econômico requer a presença de instituições capazes de estimular e preparar uma sociedade em que o trabalho seja incorporado como fonte de dignificação, de aspiração à liberdade e de segurança social.

Fernandes (1975) destaca que as mudanças não são percebidas de modo simultâneo ao seu acontecimento. O ambiente material se reconstitui de modo permanente, forçando constantes rearticulações do pensamento para sua compreensão. A capacidade de percepção individual dos acontecimentos somente ocorre quando toma-se uma proporção que alcança a vida diária. Uma coletividade sempre está despreparada para lidar com o tempo das mudanças, com as conformações do tempo em que as mudanças ocorrem. A capacidade de entendimento das mudanças é uma tarefa longa e complicada. Ainda mais complexo, mais longo, mais difícil é o domínio desses acontecimentos e a sua aplicação prática. Não é possível diante desse quadro o questionamento das condições e do que, perceptivelmente, se impõe.

Fernandes (1974) defende que a compreensão do presente não se configura de modo claro e imediato. Envolve a necessidade de uma reeducação e exige o aprendizado a partir do que lhe é exterior e objetivo. O comportamento cotidiano é inconsistente para suportar o entendimento de qualquer mudança no momento de sua ocorrência. Demanda-se por um processo educativo, entendido como uma prática social que assuma a função de inserir cada pessoa nas relações objetivas de seu tempo. Um processo de reorientação coletiva para a vida cotidiana, considerando as novas exigências objetivas e as novas atividades constituídas.

Para Fernandes (1974), não é possível captar os acontecimentos no momento de sua ocorrência, de modo que somos forçados a constantes rearticulações do

pensamento para sua compreensão. Ao mesmo tempo, as condições de rearticulação do pensamento e de reorganização das ações dependerão das condições de vida presente, o que delimitará as possibilidades do pensamento sobre a vida coletiva e diária. As condições para a constituição de uma nova percepção e a absorção de um referencial surgem, gradativamente, seguindo um ritmo lento, por meio de reinterpretação das experiências que se tem acesso. Para Fernandes (1974, p.76), “A razão disso está na forma abrupta de introdução da máquina e na falta de experiência socializadora prévia. [...] pouco tempo para ajustar-se às atualizações [...]”. Segundo Fernandes (1966), o aspecto subjetivo é o elemento da vida social mais lento em sua transformação e esse fator ganha papel decisivo quando as condições objetivas estão plenamente desenvolvidas para encarar e resolver os desafios do presente.

Fernandes (1981) afirma que a compreensão da realidade passa pelas condições sociais a que pertencemos. Nossas ações adquirem uma feição, essencialmente, objetiva e relaciona-se sempre em função das condições de vida em comum que pertencemos. A interpretação da realidade é construída graças ao modo de encarar o que nos é imediato e leva-se em conta as condições materiais de existência e o modo de vida material predominante. As explicações sobre o presente tornam-se limitadas quando vivemos e agimos sob uma realidade que já não existe. Geram-se atitudes e comportamentos imediatistas e a formação de aspirações inconsistentes. Ocorre a compreensão deformada do ambiente e de suas relações, criando confusões que perturbam a observação objetiva.

Em outras palavras, para Fernandes (1981), nossa capacidade de pensamento, de antever ou prever certas situações dependerá das condições sociais em que vivemos e como construímos o entendimento dos acontecimentos da vida diária e coletiva. De acordo com Fernandes (1981, p.185), são condições que determinam “O raio de previsão, a capacidade de relacionar meios e fins em seu desdobramento no tempo [...]”. O autor (1981) defende que as ações constituídas no pensamento dependem das condições que lhes são externas, pois entende que a possibilidade de criação do pensamento está, diretamente, relacionada aos referenciais socialmente acessíveis. Em termos sociais, “[...] o poder criador da vontade ou do pensamento, são elementos que se organizam exteriormente ao sujeito e determinam o seu modo de ajustamento prático.” (FERNANDES, 1981, p.185)

1.3 A educação e a pesquisa educacional institucionalizada como contribuintes dos processos de transformação social.

Fernandes (1966) identifica a educação como uma possibilidade para o reajustamento coletivo às situações sociais que se alteram rapidamente. Atribui-se às instituições educacionais a maior parcela de responsabilidade na preparação dos indivíduos para as novas técnicas de trabalho em difusão. Certas instituições atuam uniformemente sobre a média da população e poderiam contribuir, mais que outras, assegurando a continuidade das transformações econômico-políticas. Para a educação, coube o papel de promover a compreensão e a utilização construtiva das forças do trabalho, necessárias para a vida social. Segundo Fernandes (1966), às instituições de pesquisa em educação, conferiu-se a missão de ampliar a capacidade de observação sobre os aspectos que produzem e regulam o encadeamento dos fatos sociais agregados ao processo educativo. O entendimento é de que a educação é parte de uma sociedade e que se organiza e se desenvolve conforme a forma de organização da correspondente sociedade.

Para Fernandes (1966), cada pessoa encontra-se desde o nascimento sob a influência de determinados objetos e práticas. A educação está vinculada à transmissão de certas práticas e à contribuição para a formação de modos de entendimento do presente. A educação, consiste conhecer essas influências e proporcionar sua assimilação, acumuladas e aceitas na vida em comum. Um processo que visa à transformação interna dos sujeitos pela incorporação de elementos que não são dados, naturalmente, e nem adquiridos, espontaneamente, mas que, uma vez incorporados pela mediação da ação educativa, passam a operar como se fossem naturais.

De acordo com Fernandes (1991), os planejadores em educação, bem como os de outros setores sociais necessitam que as instituições contribuam com os processos de transformação social induzidos pelas políticas de desenvolvimento. As instituições educacionais precisam introduzir novos critérios de formação para um melhor aproveitamento do trabalho humano. Uma sociedade com mais e novas atividades, graças ao progresso científico e tecnológico, reflete demandas de viver próprias para uma época. Constitui-se a necessidade de sistemas de ensino mais complexos devido ao patamar dos problemas sociais, gerando ações especializadas para o tratamento de demandas sem solução aparente. Significa constituir respostas

para ampliação e readequação do sistema educativo, de saúde, dentre outras dimensões da vida social. Produto desse processo na área da educação foi a formação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 1937. Para Fernandes (1991),

[...] o INEP [Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos] seria uma alavanca nesse processo. Ele iria congrega investigadores, homens de pensamento e de pesquisa, recursos educacionais de vários tipos, para se pôr à disposição da sociedade para construir novos caminhos, novos fins, para repetir uma frase de Fernando de Azevedo, na área da Educação. Então, o significado do INEP é tão importante quanto foi o do desenvolvimento da Semana da Arte Moderna ou quanto o da fundação da Universidade de São Paulo. É uma inovação que tinha raízes dentro das nossas realidades mais profundas, que ia até às contradições insolúveis, dentro de uma sociedade capitalista, dos problemas brasileiros e que, portanto, poderia desencadear dentro do País um processo de mudança de um alcance imensurável. (FERNANDES, 1991, p.32-33)

De acordo com Fernandes (1966), as instituições educacionais possuem relevância social quando assumem a tarefa de fornecer subsídios com fins de intervir em uma sociedade, no ordenamento de certas mudanças. É sob o clima de transformação produtiva e de reorganização social que as instituições de pesquisas educacionais foram desenvolvidas para participarem como subsidiárias à formação para o trabalho e à organização de um sistema educativo. As instituições educacionais tornaram-se e ainda são parte estratégica de reprodução da vida. São mediadoras entre os aspectos materiais e as formas ideais concebidas para a organização das relações, da vida cotidiana. Tarefa certamente nada fácil, na medida em que a educação e a pesquisa em educação estariam à frente de um sem-número de objetivos, atuando sob comportamentos os mais diferentes, organizando desde simples habilidades até capacidades de julgamento bem elaboradas.

Fernandes (1966) dimensiona a educação e a pesquisa como participantes do processo de mudanças, capazes de produzirem meios para a continuidade do desenvolvimento econômico e social. Destaca a magnitude das mudanças ocorridas na sociedade brasileira e suas repercussões sob cada pessoa. Um processo constituído por aspectos de dinamicidade e de complexidade das relações sociais. Fernandes (1966) afirma que a sociedade,

[...] está sendo modelada por forças econômicas, sociais e culturais que exigem uma política nova no setor da educação. Para isso, precisamos urgentemente de um centro de investigações [...]. Uma política educacional com fundamentos realistas e baseada nos resultados da investigação

científica, nas condições da sociedade brasileira atual. (FERNANDES, 1966, p. 572)

O estudo da institucionalização da pesquisa educacional não comporta discussões circunscritas apenas às próprias instituições e deve-se incluir aspectos da sociedade, quanto aos padrões econômico-políticos predominantes e às correspondentes relações que comportarão certos modos de organização da vida coletiva e cotidiana. As transformações sociais impactam diretamente sob a vida diária, desorganizando as atividades já estabelecidas, constituindo a necessidade de novas formas de atuação profissional, incluindo novas técnicas a serem disseminadas. O institucional é parte importante para análise do desenvolvimento de uma sociedade. As instituições como mediadoras, sejam elas indutoras e/ou difusoras, são parte irradiante de novas técnicas e impulsionadoras do processo de massificação de padrões. Visam alterar o comportamento conjunto de uma coletividade, de modo regular, marcadamente em hábitos motores, através de atividades rotineiras. Ações construídas a partir de referências objetivas que se tornarão normas de ação, mas também, de explicação para o que escapa e quebra a rotina.

2 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO: OS DEBATES NO PERIÓDICO *REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (RBEP)*

2.1 Contexto, apresentação e quantificação dos debates.

Pode-se afirmar que o desenvolvimento da pesquisa educacional no Brasil é demarcado pelo seu processo de expansão institucional, destacadamente nos anos de 1950, 1960 e 1970 pela criação, pelo Inep, do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e pelos seus Centros Regionais de Pesquisa em Educação, bem como pela criação dos primeiros programas de pós-graduação em educação no país. Instituições e programas que impulsionaram o desenvolvimento de pesquisas continuadas no âmbito institucional.

O Inep, segundo Dermeval Saviani (2012), chamado na sua fundação de Instituto Nacional de Pedagogia foi configurado na Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, de iniciativa do então ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) foi criado pelo Decreto-Lei nº 580, de 30 de julho de 1938, já na vigência do Estado Novo. Para Saviani (2012), o Instituto Nacional de Pedagogia, denominado no ano seguinte por Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), foi constituído num contexto para com fins de liderança no quadro formativo e de organização de um sistema de ensino, condizentes com a incorporação do país ao capitalismo internacional em expansão.

Para Dermeval Saviani (2012), a fundação do Instituto tinha como função central subsidiar a formulação de políticas educativas. Segundo o autor, para subsidiar as políticas seria necessário proceder a um diagnóstico da situação educacional que permitiria conhecer os problemas sobre os quais deveria incidir a ação dos vários governos. Foi para isso que se criou o Inep, com a função de promover investigações, organizar a documentação e disseminar os resultados das investigações no campo educacional. Segundo Saviani (2012, p. 298),

Logicamente, para subsidiar as políticas é necessário proceder a um diagnóstico da situação educacional que permita conhecer os problemas sobre os quais deverá incidir a ação dos vários governos. Foi para isso que se criou o Inep com a função de promover investigações, organizar a documentação e disseminar os resultados das investigações.

A presença do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) foi um marco para o desenvolvimento das pesquisas educacionais no país, dentro do processo de institucionalização da pesquisa educacional. A existência de um marco para a pesquisa educacional foi impulsionada, especialmente, por um novo processo de investigação em educação, por meio de referenciais conduzidos cientificamente. Novos processos de investigação, em que foram necessários novos patamares para a formação em pesquisa e na reconfiguração do papel do pesquisador e da prática em pesquisa educacional no Brasil.

A sociedade brasileira passou, no período de constituição e expansão do Inep e do CBPE, por momentos de instabilidade que têm como origem a produção material e, simultaneamente, a formação de novas relações sociais. A complexificação dos processos produtivos e conseqüente diversificação e expansão da produção material, assim como sua circulação e consumo, destacadamente nos anos de 1950, 1960 e 1970, são consideradas condições essenciais para a transformação das relações sociais, assim como, para as relações institucionais.

O processo de mobilização das instituições atendeu a uma nova dinâmica econômica, política e social protagonizada pelas alterações na forma de produção material com reflexos diretos na vida coletiva, presentes na sociedade brasileira desde os anos de 1930, um processo denominado (Cardoso, 1978) por desenvolvimentismo. Segundo Fonseca e Salomão (2017, p.5) refere-se a um movimento, ou uma política econômica com determinados atributos em comum: “[...] a existência de um projeto nacional, a industrialização e o intervencionismo pró-crescimento.”

O desenvolvimentismo foi um processo de construção política, fruto da realidade brasileira em relação à situação de atraso em que vivia o país, de profundidade da crise econômica em que destaca-se a adoção de políticas associadas, em destaque, pela industrialização e por substituição de importações. Um guia de ação, formado de medidas práticas, as quais caracterizariam o desenvolvimentismo como política econômica, marcadamente na aceleração do crescimento econômico. Uma política deliberada, a qual não poderia ser reduzida apenas as manifestações nacionalistas à época. Para Fonseca e Salomão (2017),

O desenvolvimentismo não se opõe ao mercado, mas entende que este, por si só, não levaria ao desenvolvimento, ou, pelo menos, que o faria em tempo demasiadamente longo. Por isso, sempre traz consigo a ideia de

acelerar o crescimento (como os “50 anos em 5” do governo JK). (FONSECA e SALOMÃO, 2017, p. 6)

O desenvolvimentismo foi categorizado como uma política econômica nacional formulada e/ou executada de forma deliberada, por governos nacionais para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista, recorrendo “[...] à razão prática como forma de se superar a condição periférica a que o país sempre fora relegado.” (FONSECA E SALOMÃO, 2017, p. 11)

De acordo com Cardoso (1978), a ideia de desenvolvimento é elaborada no Brasil em um momento de transição econômica, acompanhada de instabilidade política. Instabilidade combatida através da expansão material. Além da aceleração do crescimento, da mudança, o projeto desenvolvimentista no Brasil, contraditoriamente, a partir de Juscelino Kubitschek, nos anos de 1950, propôs a preservação da ordem, considerando a velocidade das mudanças então em acontecimento, no combate a perda de controle sobre o processo de direcionamento dessas mesmas mudanças.

Cardoso (1978), destaca o apelo à racionalidade e ao controle do processo de expansão econômica e o uso de instituições para o controle desse processo. Tratou-se de uma racionalidade adaptada às condições históricas, sociais existentes no país. Para Cardoso (1978), a aceleração do crescimento econômico se deu de forma pouco controlada e pouco capaz de promover certa previsibilidade no desenvolvimento brasileiro da época. Foi preciso introduzir no âmbito da racionalidade, o planejamento inspirado no processo de produção industrial. O planejamento racionaliza, orienta e retira a espontaneidade e a imediaticidade na condução das mudanças e principalmente, no ritmo desejado dessas mudanças. “E ele [o Estado] procura fazê-lo tanto pelo lado técnico, quanto através da ideologia como instrumento de mobilização.” (CARDOSO, 1978, p.207. Grifo meu.)

Em se tratando das instituições de pesquisas e educação, Ribeiro Netto (1976, p.72) afirma que a pesquisa educacional no Brasil, antes de sua expansão institucional, iniciada de forma evidente nos anos de 1950, 1960 e 1970, era reconhecidamente uma atividade, comparada a outras áreas de conhecimento, como “[...] fragmentária e pouco relevante, incapaz de oferecer aos administradores

e aos responsáveis pela política educacional os elementos [...] indispensáveis para bem orientar as intervenções no sistema educativo.” A pesquisa educacional não se mostrava útil aos administradores públicos. Ribeiro Netto (1976) destaca que os administradores públicos, de outro modo, pareciam dotados de um dom advinhatório para constituição e execução das políticas em educação, pois “[...] os responsáveis pela política educacional usualmente não se preocupavam em fundamentar suas decisões na pesquisa educacional.” (RIBEIRO NETTO, 1976, p.72)

Nos anos de 1950 a atividade de pesquisa educacional destaca-se entre as demandas pertencentes às políticas estatais, constituindo-se como um impulso para o processo de institucionalização da pesquisa em educação. Demandou-se a formação de centros de estudos especializados na problemática educacional, com destaque para o CBPE. Para Gatti (2001, p.66), as pesquisas educacionais através da criação do CBPE e de seus centros regionais de pesquisas ganham “[...] um espaço específico de produção, formação e estímulo.”

Nos anos de 1960, destacam-se as preocupações quanto ao processo de institucionalização da pesquisa educacional, especificamente, quanto ao desenvolvimento das instituições de pesquisas educacionais e, em particular, quanto aos modos de operacionalização das instituições que hospedavam a atividade de pesquisa em educação. A produção de pesquisas educacionais estava concentrada no âmbito estatal, em órgãos do Ministério da Educação e Cultura e em algumas secretarias estaduais de educação. No âmbito privado, destacam-se a Fundação Carlos Chagas (FCC), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Serviço Nacional do Comércio (Senac). De acordo com Gouveia (1971, p.10), “A pesquisa educacional é praticamente negligenciada nos orçamentos das universidades e, em geral, desempenha papel secundário na carreira do professor.” Para Gatti (2001), o quadro de negligência com a pesquisa educacional, no âmbito das universidades, vai mudar com os governos militares. Segundo Gatti (2001), a pesquisa educacional passa a fazer parte dos processos de planejamento econômico nacional e com isso a pesquisa em educação participa do conjunto de políticas desenvolvimentistas.

Os anos de 1970 foi o período de sedimentação institucional da pesquisa educacional no Brasil, com a criação dos primeiros programas de pós-graduação em educação no âmbito das universidades públicas. Nesse período privilegiam-se as preocupações com os desdobramentos tomados pelo processo de

constituição/operacionalização das instituições de pesquisas educacionais, em especial debateu-se a autonomia das instituições de pesquisa em educação. De acordo com Velloso (1992, p.10), uma preocupação pois, “O Estado desempenha um papel central no apoio a esses programas [de pós-graduação em educação].”

Após as décadas de 1950, 1960 e 1970, a pesquisa educacional passa de fragmentada e negligenciada pelos administradores públicos à relevância social, ao assumir a tarefa de participar como agente formadora e transformadora de uma sociedade. Segundo Ribeiro Netto (1976, p.72), o processo de expansão institucional da pesquisa educacional no Brasil provocou “[...] de parte do administrador, o reconhecimento, pelo menos formal, da importância da educação, que ocupa, freqüentemente, os primeiros postos nas metas prioritárias dos governos.” Mesmo assim, segundo Kuenzer (1986), continuam presentes, ao final dos anos de 1970, diversas dificuldades para o trabalho de pesquisa educacional no país. Para Kuenzer (1986, p. 19) “[...] os avanços que têm ocorrido resultam antes da competência individual e do comprometimento pessoal de alguns pesquisadores [...] do que pelo esforço institucionalizado.”

Na pesquisa em educação pode-se considerar a criação das instituições de pesquisas educacionais nos anos de 1950, com a criação do CBPE, e em 1960 e 1970, com a criação dos programas de pós-graduação em educação, enquanto marcos para o desenvolvimento da atividade de pesquisa. Atividade que sofrerá reflexos diretos nos modos de condução do trabalho investigativo através da inserção do método científico, como padrão para as atividades de pesquisa.

A atividade de pesquisa e, especificamente, os modos de investigação na educação podem ser caracterizados, temporalmente, antes e depois da inserção da atividade de pesquisa em educação, por meio da inserção da pesquisa em educação no âmbito estatal e nas universidades públicas. A inserção institucional, ao longo dos anos de 1950, 1960 e 1970, demarcam dois momentos da atividade de pesquisa em educação, por intermédio de atuação burocratizada.

Jayme Abreu (2006)⁹, no texto publicado em 1969 no periódico *RBEP*, considera a pesquisa educacional, até então, uma atividade desprovida de método científico. Para o autor (2006), a tradição que prevalece nas investigações em

⁹ O texto foi originalmente publicado **no periódico RBEP**, no ano de 1969, v. 52, n. 115. Jayme Abreu foi Diretor da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), de 1957 até 1973.

educação é baseada no voluntarismo e na especulação sob os fatos educacionais: “Em verdade, costume e tradição, autoridade e experiência pessoal e raciocínio silogístico continuam ainda prevalecendo no campo educacional, com lenta e parcimoniosa introdução do inquérito [...]” (ABREU, 2006, p. 77)

Abreu (2006) destaca a ausência de pesquisas amparadas na teoria educacional e credita a situação à ausência de políticas públicas para o desenvolvimento da pesquisa em educação. Através de diretrizes políticas coordenadas pelo Estado, seria possível constituir um novo padrão para o trabalho de pesquisa e a construção de metas comuns para as ações de pesquisa na área educacional. Abreu (2006) descreve algumas das diretrizes políticas a serem implementadas pelo Estado, junto às instituições que abrigassem a atividade de pesquisa educacional. Segundo Abreu (2006), a atividade de pesquisa educacional deveria ter o caráter de serviço público, constituindo-se os resultados de pesquisas educacionais baseados nas questões demandadas pelo Estado. Em suma, as pesquisas educacionais deveriam ter,

[...] relevância direta e prática dentro do sistema educacional estudado; [...] que se prestem a pesquisas imediatas, ou através de amostragem ou do "estudo de caso"; [...] que sejam limitados em seus objetivos e na extensão, com referência aos recursos humanos e materiais [e] [...] que sejam imperiosas, seja por suas conseqüências imediatas ou de mais longo alcance. (ABREU, 2006, p.79)

Ao longo dos anos de 1950, 1960 e 1970 sedimenta-se o entendimento da pesquisa em educação como uma atividade social e institucionalizada. Não se desconsidera a presença de marcos institucionais relevantes para o desenvolvimento da atividade de pesquisa em educação em décadas anteriores, como a constituição do Inep, nos anos de 1930. O modelo de formalização e normatização da atividade de pesquisa institucionalizada foi reflexo de um padrão, à época, de burocratização das instituições, e que influenciou diretamente na constituição de uma atividade especializada, de pesquisa, a partir do modelo de operacionalização da burocracia estatal. A atividade de pesquisa educacional passa a se destacar como uma atividade especializada e com demandas próprias para o seu desenvolvimento. Segundo Alvarenga (2000), esse processo dá-se o nome de institucionalização, pois há o desenvolvimento específico de um ramo da atividade humana, com vias de sua autonomização e no caso da pesquisa educacional, “[...]”

desencadeia[ou] naturalmente um processo de formalização e inserção no sistema geral de saberes [...].” (ALVARENGA, 2000, p. 245. Grifo meu.)

A partir dos anos de 1960 e dos anos de 1970, com a criação dos primeiros programas de pós-graduação em educação no Brasil e a partir dos anos de 1980, com a expansão dos programas de pós-graduação em educação no país verifica-se a predominância de discussões sobre o processo de pesquisa em educação e/ou de discussões que problematizam o trabalho do pesquisador para além do seu processo de formação na pesquisa educacional. Isso não significa que os debates sobre o processo de pesquisa em educação fossem negligenciados em décadas anteriores, pelo contrário, discussões sobre teoria e métodos de pesquisas já se encontravam presentes, por exemplo, em Octávio Martins, no texto publicado no periódico *RBEP*, no ano de 1964.

A expansão dos programas de pós-graduação em educação, a partir dos anos de 1980, reorienta as discussões na pesquisa educacional, destacando-se os debates quanto ao processo de produção de pesquisas educacionais e/ou de investigação na educação. Debates quanto às instituições de pesquisas e, de modo amplo, quanto à institucionalização da pesquisa em educação, ficam em menor evidência na pesquisa educacional brasileira. As discussões, que caracterizariam os anos seguintes na pesquisa em educação no Brasil, destacam a questão teórico-metodológica na pesquisa educacional (Alves-Mazzotti, 2001) e se desdobram em anos recentes para questões, por exemplo, sobre a multirreferencialidade e interdisciplinaridade na pesquisa em educação (Rodrigues et al, 2016).

Alves- Mazzotti (2001) debate o processo de pesquisa, cita a teoria como parte do processo de pesquisa e destaca a questão dos procedimentos, dos instrumentos de pesquisa, bem como da análise interpretativa dos dados selecionados do material investigado. O rigor científico é um debate posto pela autora visto a recorrência de procedimentos ditados por modismos de outras áreas de conhecimento e pelo imprevisto no planejamento e na execução do trabalho de pesquisa em educação. Para Alves-Mazzotti (2001, p. 48), “A aplicabilidade dos conhecimentos na área da educação depende do desenvolvimento de teorias próprias, da seleção adequada de procedimentos e instrumentos, da análise interpretativa dos dados [...]”

Rodrigues et al (2016) debatem o rigor na condução do processo de pesquisa e acrescentam a questão da complexidade do processo de pesquisar em educação nos anos atuais. Defendem um posicionamento crítico dos pesquisadores em

educação quanto ao que é demarcado como conhecimento. Destacam a necessidade do pesquisador em educação em investidas para outras possibilidades metodológicas para a pesquisa em educação, metodologias de pesquisa consideradas abertas e flexíveis para a presença de referenciais teóricos e métodos de pesquisa diversos. Os autores (2016) defendem que o processo metodológico não pode ser encarado como uma receita pronta para a seleção e o tratamento das informações e que o pesquisador educacional tenha maior liberdade de trânsito metodológico, sem abrir mão do rigor do conhecimento produzido. Os autores (2016) afirmam que

A pesquisa em educação, nas últimas décadas, passou por inúmeras transformações, em virtude, principalmente, do aparecimento de outros paradigmas científicos que passaram a questionar a forma positivista de pensar e fazer ciência. Esses protótipos emergentes são fundantes de um arcabouço teórico-metodológico que possibilitou a prática de novas formas de pesquisar, pautadas em abordagens mais críticas e criativas, considerando a complexidade do mundo, além de provocar e afinar a reflexão do pesquisador, distanciando-o da prática predominantemente reprodutivista dos modelos dominantes. (RODRIGUES ET AL, 2016, p. 970)

Nesse capítulo, apresentam-se os textos identificados na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)* contendo os debates quanto à institucionalização da pesquisa em educação, textos identificados a partir dos descritores *pesquisa educacional e/ou pesquisa em educação*, nos títulos e/ou palavras-chave, na seção destinada aos resultados de pesquisas educacionais, no período de 1944 a 2014.

Nos textos identificados contendo os debates quanto à institucionalização da pesquisa educacional destaca-se o primeiro texto publicado sobre pesquisa educacional pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no ano de 1956. Único texto assinado institucionalmente é intitulado *Relatório preliminar da primeira conferência internacional de pesquisas educacionais*. O texto contém a reprodução do texto final da I Conferência Internacional de Pesquisa Educacional (Cipe), coordenada pela Associação Americana de Pesquisa Educacional (Aera), realizada no ano de 1956, nos Estados Unidos. A Conferência contou com o apoio financeiro da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (Unesco) e foi realizada no contexto de polarização econômica e política mundial. A Conferência contou com a participação de enviados do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Os textos sobre pesquisa educacional e/ou pesquisa em educação no periódico *RBEP* foram identificados a partir do catálogo produzido pelo grupo de

pesquisa *Episteme*, liderado pela Professora Siomara Borba. Foram identificados 1869 textos publicados na seção destinada ao registro dos resultados de pesquisas educacionais. Trabalho iniciado no ano de 2012, de investigação e identificação dos textos. Os textos publicados ao longo de 70 anos, de 1944 a 2014, totalizam 96 volumes e 241 números. Em seguida foi realizada a seleção de textos, a partir de descritores definidos, com fins de delimitação do material de pesquisa, em definitivo.

Tabela 1 - Número de textos identificados na seção destinada à publicação dos resultados de pesquisas educacionais.

PERÍODO	1944-2014
ANOS DE PUBLICAÇÃO	70
VOLUMES	96
NÚMEROS	241
ARTIGOS	1869

Fonte: Grupo Episteme, 2014.

Através do levantamento dos textos realizados pelo grupo de pesquisa *Episteme*, verifica-se que, ver tabela abaixo, a maioria dos autores, publicou uma única vez na seção já mencionada. Outros 91 autores publicaram de 2 a 4 textos e 24 autores com 5 ou mais textos publicados. Destaca-se Anísio Teixeira com o maior número de textos publicados no periódico *RBEP*, na referida seção. Assinala-se, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, a presença de autores vinculados às instituições do Estado brasileiro. Nas décadas recentes, anos de 1980 adiante, identifica-se a presença de autores vinculados às universidades públicas brasileiras.

Tabela 2 - Catálogo comparativo autores/número de textos publicados na seção destinada à publicação dos resultados de pesquisas educacionais na *RBEP*.

1944-2014	NÚMERO DE AUTORES ÚNICOS	PERCENTAGEM
1 ARTIGO	1434	98,66
2 A 4 ARTIGOS	91	1,59
5 OU + ARTIGOS	24	0,35

Fonte: Grupo Episteme, 2014.

Os textos da seção destinada à publicação dos resultados de pesquisas educacionais no periódico *RBEP* contaram com a presença de debates diversos, ao longo de 70 anos de publicação, de 1944 a 2014. No levantamento dos textos e dos

títulos dos textos publicados no periódico *RBEP*, realizados entre os anos de 2012 a 2014, pelo grupo de pesquisa *Episteme*, é possível a identificação de pelo menos 16 temáticas presentes nos títulos dos textos publicados. As temáticas foram distribuídas em dois grupos de discussões na tabela abaixo.

As temáticas foram distribuídas em dois grupos de discussões na tabela abaixo e em dois períodos cronológicos. O primeiro período refere-se aos anos de 1950, 1960 e 1970. Período que concentra a maioria dos debates, envolvendo a pesquisa educacional e quanto à institucionalização da pesquisa em educação. São discussões que priorizaram temáticas com abordagens sobre o âmbito gerencial da educação e de produção das pesquisas, especificamente, quanto à organização do sistema educacional ou quanto às políticas de pesquisa. O segundo período cronológico de classificação dos temas e seus títulos estão restritos aos anos de 1980, 1990 e 2000. Período de discussões direcionadas às questões educacionais, destacando-se os debates quanto ao ensino e à formação docente. Discussões, por exemplo, quanto ao currículo ou quanto à formação de professores são destacadas à época.

Tabela 3 - Temas de pesquisas nos títulos dos textos publicados na *RBEP* por divisão cronológica.

PERÍODO	TEMÁTICAS
ANOS DE 1950, 1960 E 1970	ESTATÍSTICAS
	POLÍTICAS PÚBLICAS
	ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO
	FORMAÇÃO
	DESENVOLVIMENTO
	PLANEJAMENTO
	PESQUISA
	UNIVERSIDADE
PERÍODO	TEMÁTICAS
ANOS DE 1980, 1990 E 2000	INFÂNCIA
	ALFABETIZAÇÃO
	CURRÍCULO
	LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL
	FORMAÇÃO DE PROFESSORES
	EDUCAÇÃO BÁSICA
	POLÍTICAS EDUCACIONAIS
AVALIAÇÃO	

Fonte: Grupo Episteme, 2014.

Os textos identificados sobre pesquisa educacional e/ou pesquisa em educação no periódico *RBEP* foram escritos, até os anos de 1980, a partir dos eventos acadêmicos da área educacional. Dentre os eventos acadêmicos, identificam-se palestras, conferências, reuniões anuais, encontros e seminários. Os eventos acadêmicos na área educacional tornaram-se parte da trajetória de criação dos textos e foram patrocinados, pelo menos até os anos de 1970, por instituições do Estado como a Diretoria de Ensino Geral do Exército, em 1958 e pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), em 1962. A partir dos anos de 1970, os eventos acadêmicos têm a presença direta dos pesquisadores como organizadores e não apenas a burocracia estatal, principal patrocinadora das pesquisas educacionais. Os eventos sobre pesquisa educacional realizados nas décadas recentes, a partir dos anos de 1980, foram organizados majoritariamente nos espaços fora do âmbito estatal. Desde então, os pesquisadores educacionais passaram a interagir com outros seguimentos institucionais e sociais, para além das instituições do Estado.

Os textos publicados no periódico *RBEP*, a partir dos anos de 1980, passam a ter origem no desenvolvimento e na publicação das teses de pesquisas educacionais. Diferentemente dos autores em décadas anteriores aos anos de 1980, não foram os eventos da área da educação que deram origem aos textos publicados no periódico *RBEP*, mas a produção acadêmica realizada nos Programas de Pós-Graduação em Educação, ou seja, textos de doutorandos e recém-doutores passam a ser publicados no periódico *RBEP* e não apenas a publicação de pesquisadores consagrados na área educacional. Foi comum, até os anos de 1980, a publicação de textos a partir de convites realizados pela editoria do periódico *RBEP* e/ou pelo Inep. Os autores convidados possuíam vínculo com as instituições do Estado brasileiro, responsáveis pelo gerenciamento da educação no país.

Em se tratando das áreas de conhecimento, de formação dos autores do textos publicados, destaca-se, inicialmente, pesquisadores no campo da Psicologia e da Sociologia. A partir dos anos de 1980, identificam-se, nos textos sobre pesquisa educacional e/ou pesquisa em educação, autores formados na área da educação, pelos Programas de Pós-Graduação em Educação.

Nos anos de 1950 e 1960, os temas de maior destaque, nos textos selecionados no periódico *RBEP*, referem-se à coleta de dados e estatísticas, às políticas educacionais e à organização da educação. Nos anos de 1970, destacam-

se as discussões quanto à educação superior, à pesquisa em educação e quanto ao desenvolvimento econômico. Nos anos de 1980 e 1990, destacam-se os debates quanto à educação básica, à formação de professores e à avaliação da educação. Textos sobre pesquisa educacional são publicados, concentradamente, nos anos de 1956, 1974 e 1979 e, correspondem aos períodos de criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife, além dos primeiros Programas de Pós-Graduação em Educação, incluindo o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd), criado no ano de 1979.

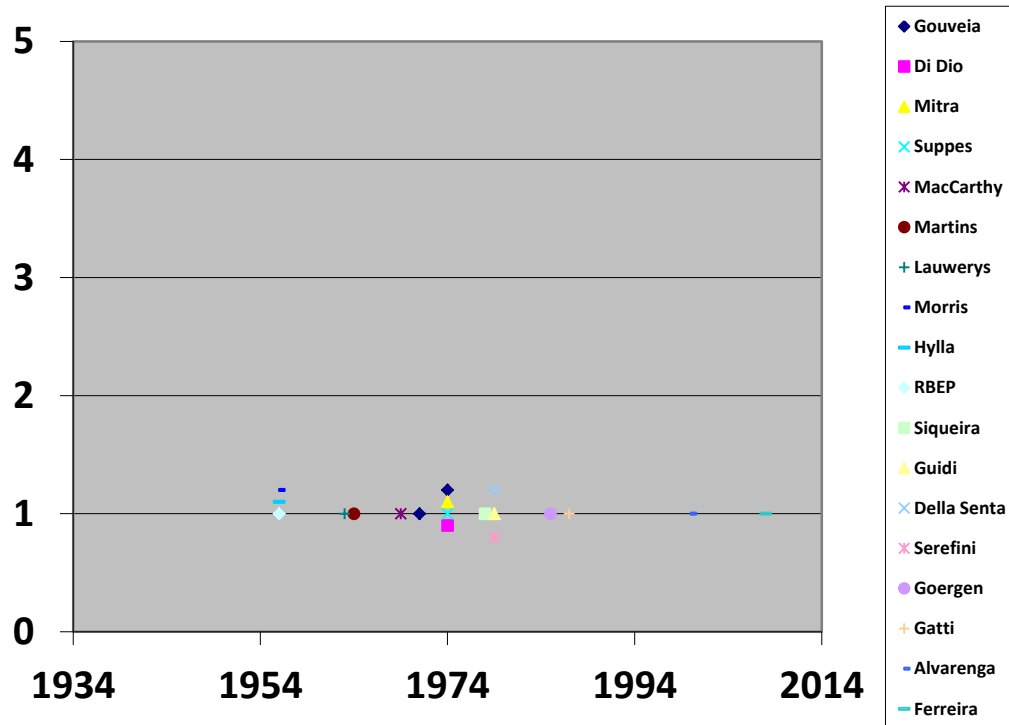
Tabela 4 - Textos contendo os descritores pesquisa educacional e/ou pesquisa em educação na *RBEP*.

PERÍODO	1944-2014
Número de textos	21
Descritor	pesquisa educacional
número de autores únicos	20
anos de maior concentração de textos	1956, 1974, 1979

Fonte: Grupo Episteme, 2014.

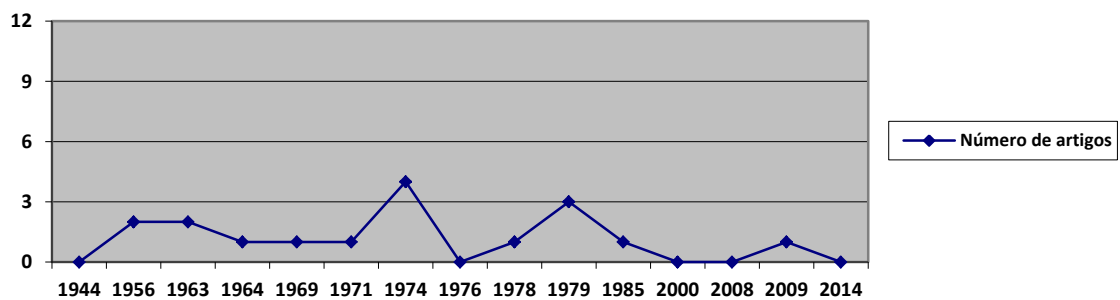
Os textos contendo os descritores pesquisa educacional e/ou pesquisa em educação, ao longo de 70 anos de publicação no periódico *RBEP*, na seção destinada à publicação dos resultados de pesquisas educacionais, estão concentrados nas décadas de 1950, 1960 e 1970. A partir dos critérios utilizados para a identificação dos textos e dos debates quanto à institucionalização da pesquisa em educação, não se identificam textos com discussões sobre pesquisa educacional nas décadas de 1940, A seguir, os gráficos representam, respectivamente, a concentração de textos por autor e a concentração de textos por ano de publicação.

Gráfico 1 - Concentração por autor, de textos publicados sobre pesquisa educacional no periódico *RBEP*.



Fonte: Grupo Episteme, 2014

Gráfico 2: Concentração por ano, de textos publicados sobre pesquisa educacional no periódico *RBEP*.



Fonte: Grupo Episteme, 2014

Nos debates identificados quanto à institucionalização da pesquisa educacional, organizou-se e classificou-se as discussões em dois grupos. Os debates foram identificados considerando a presença, nos textos, de questões referentes às mudanças sociais, às instituições, o desenvolvimento econômico e institucional, o trabalho de pesquisa e a presença estatal como parte do processo de institucionalização da pesquisa em educação.

No primeiro grupo de discussões, os autores debatem a relação entre as sociedades em transformação e as instituições de pesquisas em educação. Nos debates, argumenta-se que as instituições de pesquisas em educação são contribuintes para os processos de desenvolvimento e para as políticas educacionais. As abordagens apresentam a criação e a trajetória das instituições de pesquisas em educação.

No segundo grupo de discussões, os autores debatem o desenvolvimento institucional da pesquisa em educação. Argumenta-se, nos debates, que as instituições de pesquisas educacionais possuem demandas próprias para o seu desenvolvimento. As abordagens apresentam proposições para a constituição de políticas para a pesquisa em educação e suas instituições, destacando-se os estímulos à formação do pesquisador, à cooperação institucional e à avaliação institucional.

2.2 A sociedade, suas transformações e as instituições de pesquisas em educação.

O primeiro grupo de debates quanto à institucionalização da pesquisa educacional vincula a presença das instituições de pesquisas educacionais às transformações sociais. Os debates identificados seguem uma ordem cronológica, do texto mais antigo para o texto mais recente.

No texto publicado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1956), intitulado *Relatório preliminar a primeira conferência internacional de pesquisas educacionais*, discute-se a importância que a pesquisa institucionalizada possui para as transformações sociais. A pesquisa educacional é mencionada como mecanismo de apoio às transformações, pois através das pesquisas buscam-se metas e confrontam-se as adversidades para o avanço social. Já não se podia aceitar o enfrentamento de problemas sociais com base na tradição, na observação e na urgência dos acontecimentos. O enfrentamento dos problemas que afligiam uma sociedade precisavam ter como base o conhecimento apurado e o planejamento de ações para sua resolução. As mudanças em sociedade tornaram-se velozes a ponto de invalidar os antigos referenciais para condução da vida em coletividade. De acordo com o Inep (1956),

[...] as culturas não são estáticas, sobretudo nos tempos modernos. [...]. Cumpre elaborar continuamente novos planos, para resolver novos problemas e atingir novas metas. Sem a base firme de fatos fidedignos, colhidos através da pesquisa, sem a clara orientação de princípios comprovados nos experimentos de pesquisa, o povo lutará às cegas para solucionar os seus problemas, formular os seus planos, atingir as suas metas. (INEP, 1956, p.142)

No texto publicado pelo Inep (1956), destaca-se a dimensão social das pesquisas educacionais entendendo-as como subsidiárias para a implementação das políticas de desenvolvimento, especificamente, para a implementação das políticas de desenvolvimento para a área da educação. Reconhece-se que a pesquisa educacional é uma atividade, recentemente institucionalizada, sem métodos próprios de investigação, cujos resultados são considerados inadequados para resolução satisfatória de muitos problemas na educação. A presença e a relevância das instituições de pesquisas educacionais dependerão do papel atribuído à educação e à pesquisa educacional na respectiva sociedade em que estejam inseridas as instituições de pesquisas. Destaca-se a necessidade de definição da missão e das funções da pesquisa educacional, de definição de seu papel de colaboração com o progresso econômico. Segundo o Inep (1956, p.135), fato que se reflete na “Falta generalizada de apreciação do valor da pesquisa educacional, não só entre o público esclarecido, mas entre os próprios educadores [...]”. A pesquisa educacional “[...] raras vezes foi chamada a colaborar na reforma [educacional]”. (INEP, 1956, p.141)

No texto de Eric Hylla (1956), intitulado *A natureza e as funções da pesquisa educacional* menciona-se a vinculação entre a atividade de pesquisa, seus resultados e o papel da pesquisa educacional no processo de desenvolvimento social. Hylla (1956) afirma que a pesquisa educacional convive com um contexto social de mudanças e possui o desafio de educar uma sociedade. As ações de pesquisa deveriam voltar-se para a resolução de problemas práticos e demandados por uma sociedade em mudanças. Cabia à atividade de pesquisa aperfeiçoar o aprendizado e a transmissão dos conhecimentos necessários para as novas gerações. De acordo com Hylla (1956),

Nós desenvolvemos, ensinamos e estudamos a ciência da educação, para aprender como educar melhor [...]. [...]. A função primordial da pesquisa em educação – como em medicina – é encontrar meios de aperfeiçoar a educação ou a medicina, consideradas ambas aqui como campos de ação humana e não como campos de conhecimento. (HYLLA, 1956, p.80-81)

No texto de Bem Morris (1956), intitulado *A pesquisa educacional na Inglaterra e no País de Gales*, menciona-se o compromisso social a ser assumido pela pesquisa educacional, o papel que a atividade de pesquisa educacional deveria ocupar em uma sociedade em mudanças, bem como o alcance social da atividade de pesquisa. Morris (1956) defendeu a necessidade de aproximação entre os centros de pesquisas e as autoridades educacionais, o contato dos pesquisadores e das instituições com os problemas educacionais do cotidiano. A aproximação entre as instituições, pesquisadores e gestores na área educacional facilitaria o planejamento das pesquisas educacionais e daria condições de aproximar as questões de pesquisas aos problemas educacionais mais urgentes.

No texto de Joseph Lauwerys (1963), intitulado *Pesquisa educacional no Reino Unido*, discute-se as transformações sociais e a necessidade de readequação da vida para um novo cotidiano. Está em jogo a necessidade de conformação de novas relações sociais para um novo ritmo de vida. O direcionamento de novos comportamentos por meio da interação de novas técnicas vinculadas ao mundo do trabalho e às atividades cotidianas. Para Lauwerys (1963), diversas atividades tornam-se obsoletas assim como as práticas que lhes são correspondentes. Nesse processo, o comportamento humano se reconfigura de modo diversificado e pouco previsível e considera-se a importância de “[...] descobrir por que as coisas são como são e por que motivo aconteceram assim.” (LAUWERYS, 1963, p.31)

No texto de Michael McCarthy (1969), intitulado *O Estado e a pesquisa educacional*, discute-se o Estado como principal agente institucionalizador da pesquisa em educação. A ascensão do papel do Estado, na institucionalização da pesquisa em educação, deveu-se à urgente reorganização da sociedade e, em se tratando da pesquisa em educação, tratou-se do desenvolvimento de novos modelos formativos direcionados para as novas técnicas e novas formas de trabalho em ascensão. Segundo McCarthy (1969, p.26), “A pesquisa em geral é indispensável aos processos de desenvolvimento [...]. É difícil para qualquer governo deixar de assumir parte da responsabilidade.”

Para McCarthy (1969), a educação tornou-se fundamental para a manutenção do ritmo de desenvolvimento econômico e demandou a inserção de práticas de pesquisa inovadoras na educação, no contexto de enfrentamento dos problemas educacionais. A pesquisa educacional tornou-se estratégica para atender às necessidades sociais e econômicas mais urgentes, por meio do planejamento das

ações educacionais. A educação constituía-se como aspecto mediador do desenvolvimento econômico e social e não fazia sentido que a educação tivesse um papel desvinculado da vida política. Fazia-se urgente a inserção da educação e a preparação de seus profissionais nos quadros institucionais do Estado. Para McCarthy (1969),

[...] há indícios de que os educadores e administradores públicos estão adquirindo consciência de que o futuro da educação nacional não pode ser deixado ao acaso. [...]. As mudanças sociais, que se estão processando indicam que a humanidade não pode aceitar a idéia de que o futuro da educação seja algo imprevisível, para o que não se pode fazer nenhuma preparação eficaz. (McCARTHY, 1969, p. 31)

No texto de Aparecida Gouveia (1971), intitulado *A pesquisa educacional no Brasil*, discute-se a relevância da pesquisa educacional como mecanismo de adequação de uma sociedade em transformação. Destaca-se as exigências técnicas demandadas para novas práticas profissionais. Gouveia (1971) afirma que é condição de emergência, no auxílio à reorganização das atividades profissionais, um novo processo de investigação sobre as mudanças técnicas, incluindo a necessidade de novos processos de aprendizagem. A pesquisa educacional passou a ser compreendida como mecanismo de intervenção nos problemas enfrentados pelo país, com a participação dos resultados de pesquisas e dos pesquisadores no planejamento das ações do Estado. O fortalecimento político e o desenvolvimento institucional da pesquisa educacional estavam vinculados à demonstração de auxílio direto dos resultados de pesquisas, de intervenção para as mudanças sociais de sua época, por meio da “[...] profundidade dos estudos [...] [e] investigações de mais longo alcance” (GOUVEIA, 1971, p.215)

No texto de Renato Di Dio (1974), intitulado *A pesquisa educacional no Brasil*, discute-se o avanço da institucionalização da pesquisa educacional e a presença de novas condições sociais no Brasil. Di Dio (1974) afirma que a pesquisa em educação no Brasil se desenvolveu em um ambiente econômico e político instáveis. Enquanto a realidade econômica era transformada pela industrialização, a realidade social era pouco alterada. As inovações técnicas e materiais, resultantes do processo de industrialização, não alcançavam e não estavam integradas no cotidiano de uma população. A ausência de condições para a manutenção do desenvolvimento econômico demandou, à educação e às pesquisas educacionais, o papel social de mediadoras do desenvolvimento, estimulando e aprimorando um

processo educativo de massa. Foi necessário ampliar e reorganizar um sistema educacional capaz de impulsionar novas práticas profissionais, em virtude das múltiplas funções profissionais criadas e das novas atividades incorporadas ao cotidiano de uma sociedade.

Segundo Di Dio (1974), as condições para o desenvolvimento da pesquisa educacional estavam amadurecendo, mesmo com a presença de condições políticas inadequadas. As condições para o desenvolvimento da pesquisa educacional estão associadas às condições econômicas e políticas capazes de influenciar diretamente no desenvolvimento das instituições e das pesquisas. Verifica-se que nada poderia ser feito pelas pesquisas educacionais se não houvessem condições institucionais e condições sociais de amparo ao trabalho do pesquisador. Não cabia à pesquisa educacional, a tomada do desenvolvimento econômico, mas a participação no desenvolvimento, dando continuidade e consistência ao processo de mudanças sociais. O autor (1974) destaca o entendimento de uma preparação eficaz para o enfrentamento dos problemas sociais. Para Di Dio (1974),

Percebe-se [...] que está amadurecendo o momento de o País levantar vôo da plataforma que vem sendo montada. Tão logo esteja pronta a infraestrutura, com recursos humanos e meios tecnológicos em condições mínimas de funcionamento eficiente, poderão ser 1) realizadas pesquisas relevantes, 2) obtidos resultados fidedignos e válidos e 3) tomadas decisões com bases em tais resultados. (DI DIO, 1974, p. 524)

No texto de Patrick Suppes (1974), intitulado *O lugar da teoria na pesquisa educacional*, discute-se a participação da pesquisa em educação numa realidade educacional cada vez mais complexa. Destaca-se a importância das pesquisas em educação e das instituições de pesquisas educacionais no quadro de debates sobre os problemas mais importantes de uma nação. Para Suppes (1974), é através das pesquisas educacionais que se buscam meios e respostas que atendam o pleno funcionamento da educação, porém “[...] há pouca esperança de que a pesquisa educacional, dada a pequena atenção que lhe é devotada, venha causar qualquer impacto [...].” (SUPPES, 1974, p. 467)

No texto de Tarcísio Della Senta (1979), intitulado *A pesquisa educacional como pesquisa científica*, discute-se a necessidade de reconhecimento da pesquisa em educação como atividade científica e sua colaboração para a resolução dos problemas sociais. De acordo com Della Senta (1979), apenas as ciências da natureza obtiveram, de início, o reconhecimento social e institucional como atividade

científica. A pesquisa em educação obteve a oportunidade de reconhecimento a partir da crescente expectativa pelos órgãos do Estado quanto à absorção dos resultados de pesquisas para as necessidades administrativas e para o planejamento e execução racional dos recursos destinados à educação.

No texto de Maria Güidi (1979), intitulado *Encontro técnico sobre metodologia para avaliação de pesquisa educacional*, discute-se o desenvolvimento do processo de institucionalização da pesquisa em educação a partir da descentralização das políticas educacionais do Estado, por meio da reorganização e expansão do sistema educacional. Para Guidi (1979) demandou-se a inclusão da atividade de pesquisa em educação e de suas instituições no quadro geral das demais instituições do Estado. Segundo Guidi (1979), para as pesquisas em educação foram destinadas as tarefas de produzir resultados, dar respostas para a aplicação mais eficaz dos recursos das políticas educacionais na lógica do menor custo e de maior produtividade, de auxiliar a difusão do conhecimento e de contribuir para sua conservação. O desenvolvimento institucional da pesquisa educacional estaria ancorado na necessidade de identificação e resolução dos problemas mais urgentes do sistema educacional, especialmente quanto à expansão eficaz do sistema educacional, proporcionando “[...] uma educação e cultura mais democrática e popular”. (GUIDI, 1979, p.129)

No texto de Pedro Goergen (1985), intitulado *A pesquisa educacional no Brasil: dificuldades, avanços e perspectivas*, discute-se as dificuldades enfrentadas pelo desenvolvimento da pesquisa em educação e a capacidade das pesquisas educacionais de promoverem soluções para os problemas emergenciais do sistema educacional. Para Goergen (1985), a atividade de pesquisa em educação e suas instituições despertavam desconfianças tanto nos gestores públicos quanto nos demais membros da comunidade educacional. Para Goergen (1985), constatava-se que a pesquisa em educação buscava enfrentar e resolver os problemas educacionais a partir de um olhar imediatista, baseado apenas pela observação dos fatos educacionais.

No texto de Bernardete Gatti (1987), intitulado *Retrospectiva da pesquisa educacional no Brasil*, discute-se a importância dos resultados das pesquisas educacionais nos processos de constituição de políticas educacionais, na capacidade de fornecer respostas e na resolução de problemas práticos e de grande alcance na educação. Para Gatti (1987), as instituições de pesquisas em educação

estão desafiadas em diferenciar o que é essencial para a sociedade de sua época, em antecipar os problemas que estivessem apenas se descortinando e que não fossem visíveis. Não bastaria planejar a solução de problemas que se tornavam evidentes, mas a antecipação dos problemas socialmente mais urgentes. Para Gatti (1987), novas atividades sociais demandam a necessidade de uma nova compreensão da educação, da redefinição do papel da educação e da necessidade da mudança dos procedimentos de pesquisas, visto o “[...] alto grau de exigência [para a pesquisa educacional] para o trato com a realidade e a sua reconstrução [...]”. (GATTI, 1987, p.285)

No texto de Libânia Xavier (1999), intitulado *Regionalização da pesquisa e inovação pedagógica: os Centros de Pesquisas Educacionais do Inep (1950-1960)*, discute-se a formação de um campo de estudos próprios na educação como parte do processo de institucionalização da pesquisa em educação. A busca de um campo de estudos próprios para a educação levou à formação de vários núcleos regionais de pesquisa em educação no Brasil, seguindo o modelo de estruturação das instituições pela via da especialização e burocratização de suas operações. Para Xavier (1999), a estratégia de regionalização da pesquisa esteve submetida ao desenvolvimento econômico regionalizado do país, com fins de expansão e especialização da economia. Para a pesquisa em educação demandaram “[...] levantamento das condições econômicas, sociais, políticas e culturais de cada região; além de estudos e projetos mais especificamente voltados para o processo ensino-aprendizagem”. (XAVIER, 1999, p.82)

No texto de Lídia Alvarenga (2000), intitulado *Contribuições para os estudos sobre a pesquisa educacional no Brasil: análise bibliométrica de textos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1974)*, menciona-se a atividade de pesquisa educacional como atividade institucionalmente consolidada a partir da virada do século XX para o século XXI. Segundo Alvarenga (2000), a consolidação da atividade de pesquisa educacional institucionalizada é demarcada pela criação dos Programas de Pós-Graduação em Educação no âmbito das universidades públicas. Consolidação que foi possível de ser realizada por meio da atuação do Estado na demarcação da missão e das funções institucionais da pesquisa em educação. Naquele momento, a pesquisa educacional passa ser compreendida para além do campo de atuação pedagógica e confere-se à pesquisa em educação um caráter político e cultural. Sob forte orientação de seus rumos pelo Estado, a

pesquisa educacional institucionalizada estreitou seus laços com as políticas públicas, “[...] uma pesquisa educacional [...], voltada para o contexto e os interesses nacionais.” (ALVARENGA, 2000, p. 252)

No texto de Márcia Ferreira (2008), intitulado *Usos e funções dos estudos promovidos pelos Centros de Pesquisa do Inep entre as décadas de 1950 e 1970*, discute-se que o processo de institucionalização da pesquisa educacional foi fortemente influenciado pela aceleração do crescimento econômico e pela expansão da indústria de bens de consumo. De acordo com Ferreira (2008), as alterações econômicas ocorridas desde meados do século XX refletiram no modo de reorganização das instituições, incluindo as instituições de pesquisas em educação, considerando, em específico, as funções das instituições de pesquisas em educação. Funções que estavam vinculadas às novas exigências práticas, devido à reorganização e à divisão social do trabalho. As exigências constituídas pelo novo cenário econômico demandou a necessidade de novos meios de formação em massa e correspondeu à tentativa de superação do atraso e do alcance das condições da vida moderna, eliminando por si mesmo qualquer traço de vida tradicional das antigas relações sociais. Demonstrava-se a necessidade de “[...] considerar a educação – e, sobretudo, a educação escolarizada – como um elemento de análise na interpretação dos processos de transformação social, política e econômica [...]”.(FERREIRA, 2008, p. 79)

2.3 O desenvolvimento das instituições de pesquisas educacionais: proposições às políticas públicas para a pesquisa educacional e suas instituições.

Um segundo grupo de debates identificados no periódico *RBEP*, quanto à institucionalização da pesquisa educacional, refere-se ao desenvolvimento das instituições de pesquisas educacionais. Debates que consideram não só a presença de demandas próprias para o desenvolvimento das instituições de pesquisas em educação bem como a necessidade de estímulos sob a forma de políticas públicas para a pesquisa educacional. A apresentação dos debates será realizada pelo critério cronológico, dos debates mais antigos para os debates mais recentes na *RBEP*. Destacam-se nos debates as proposições apresentadas pelos pesquisadores educacionais para a constituição de políticas públicas destinadas para o

desenvolvimento das pesquisas educacionais e suas instituições. São proposições quanto à formação do pesquisador, à cooperação institucional e à avaliação institucional.

2.3.1 O desenvolvimento das instituições de pesquisas educacionais: a formação do pesquisador em educação

No texto publicado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1956), intitulado *Relatório preliminar da primeira conferência internacional de pesquisas educacionais* discute-se a formação do pesquisador como parte do processo de construção de políticas públicas para a educação e de desenvolvimento institucional da pesquisa em educação. Reconhece-se que a pesquisa educacional é uma atividade, recentemente, institucionalizada, sem métodos próprios de investigação e que os resultados são considerados inadequados para resolução satisfatória de muitos problemas na educação. O investimento na formação do pesquisador em educação, especialmente no espaço institucional universitário, traria o progresso das pesquisas em educação a partir da presença de recursos materiais e humanos disponíveis e no contato dos pesquisadores em educação com pesquisadores de outras áreas de conhecimento. Era fundamental a desconstrução dos vínculos e ideais formados ao longo de anos na educação. A educação ganhava papel de maior abrangência na vida social, para além do cuidado e da assistência imediatos, demandando procedimentos para a sua atuação diante dos problemas educacionais emergentes. A assistência para a formação do pesquisador é necessária para que as pesquisas possam “[...] esclarecer as condições ocorrentes; [...] a formulação e a comprovação de hipóteses, cuidadosa coleta e interpretação de dados e a aplicação de fatos e princípios consagrados.” (INEP, 1956, p.127)

Destaca-se no texto publicado pelo Inep (1956), o entendimento de que as pesquisas educacionais e suas instituições se desenvolveriam a partir do apoio técnico, institucional e financeiro tanto para o pesquisador em formação quanto para o pesquisador educacional já formado na área de pesquisa. Para o Inep (1956), “[...] é preciso oferecer assistência financeira – sob a forma de empréstimos, bolsas de estudos, designações para cargos de assistentes, licença remunerada e pagamento de despesas de viagem [...]. (INEP, 1956, p.149)

No texto de Eric Hylla (1956), intitulado *A natureza e as funções da pesquisa educacional*, destaca-se o quadro de vulnerabilidade das pesquisas educacionais para raciocínios especulativos, para a influência de crenças pessoais e para convicções irracionais nos trabalhos dos pesquisadores educacionais. Para Hylla (1956), o pesquisador deve atender aos padrões de investigação baseado nas normas científicas, opondo-se ao trabalho de pesquisa limitados à quantificação ou aos fatos observados. O desafio do pesquisador está relacionado à compreensão dos fatos e o estudo da realidade que compõe os mesmos fatos. Verifica-se a preocupação quanto à condução do trabalho investigativo, quanto aos modos de investigação alheios aos procedimentos científicos: “É desnecessário dizer que a simples identificação, definição, asserção e ajuntamento de fatos, mesmo numéricos, não constitui por si uma pesquisa educacional”. (HYLLA, 1956, p.87)

No texto de Bem Morris (1956), intitulado *A pesquisa educacional na Inglaterra e no País de Gales*, discute-se o cenário de pesquisas educacionais pouco aprofundadas e institucionalmente dispersas. Morris (1956) credita essa fragilidade da pesquisa educacional à falta de especialização dos pesquisadores no trato de questões educacionais e à falta de integração das pesquisas educacionais realizadas nas diferentes instituições de pesquisas em educação.

No texto de Joseph Lauwerys (1963), intitulado *Pesquisa educacional no Reino Unido*, discute-se a importância da formação do pesquisador em educação quanto à exagerada importância dada aos métodos de pesquisas como norteadores do processo de investigação. Para Lauwerys (1963), o pesquisador deixa em segundo plano o referencial teórico para o estudo dos problemas educacionais, recorrendo a generalizações superficiais, bem como apelando para a tradição social, problemáticas refletidas na condução e na produção dos resultados de pesquisas educacionais. Segundo Lauwerys (1963), são pesquisas motivadas pela praticidade e pela pressão por resolver problemas imediatos na educação. O resultado “ [...] em apreciável margem de casos, [são] pesquisas posteriores [que] demonstram exatamente o oposto do que as anteriores haviam provado [...]”. (LAUWERYS, 1963, p.28)

No texto de Octávio Martins (1964), intitulado *Metodologia das pesquisas educacionais*, discute-se a necessidade de formação do pesquisador em educação por conta da ausência de fundamentação nas pesquisas em educação. Para Martins (1964), muitas conclusões nas pesquisas em educação são afirmações mais

ou menos vagas e que não extraem do trabalho aquilo que de útil poderia dar. Segundo Martins (1964), a pesquisa em educação deveria transcender o estudo de casos particulares e imediatos e deveria colaborar para o estabelecimento de relações mais gerais sobre os acontecimentos educacionais. Martins (1964) destaca que “[...] não constitui ciência o conhecimento dos nomes e datas de nascimento de todos os reis de França, [...] a ciência trata do geral e não do particular, ou de casos isolados”. (MARTINS, 1964, p.135)

Martins (1964) destaca o insuficiente quadro de referências em português para fundamentação do trabalho de pesquisa em educação, afirmando que era mais fácil o acesso a obras sobre educação a partir de trabalhos feitos em instituições fora do Brasil do que o acesso às pesquisas realizadas dentro da própria instituição que o pesquisador estivesse vinculado.

No texto de Michael McCarthy (1969), intitulado *O Estado e a pesquisa educacional*, discute-se a necessidade de constituição de sistemas organizados de registros das pesquisas como pontos de referência para os estudos futuros de pesquisas educacionais. Destaca-se a necessidade de criação e do acesso aos registros públicos de pesquisas como meio de continuidade dos estudos para a formação do pesquisador em educação.

Os pesquisadores e futuros pesquisadores educacionais careciam de informações e estudos sobre pesquisas educacionais pela falta de registros ou pela falta de cuidado no arquivamento e classificação dos registros já existentes, bem como no adequado acesso aos registros de pesquisas. As pesquisas educacionais e os estudos na educação estavam sempre iniciando e nunca continuando estudos e pesquisas em andamento ou partindo de resultados de pesquisas já realizadas. A sensação era de que a pesquisa educacional nunca ofereceria resultados consistentes e capazes de intervir nos problemas educacionais. As pesquisas em educação não ofereciam algo novo para o enfrentamento dos problemas urgentes. Segundo McCarthy (1969), há a “[...] necessidade premente de alguma forma de coordenação da pesquisa e de algum sistema de registro dos estudos e pesquisas”. (McCARTHY, 1969, p.24)

No texto de Aparecida Gouveia (1971), intitulado *A pesquisa educacional no Brasil*, discute-se as condições institucionais para o trabalho de pesquisa em educação e a formação do pesquisador nas universidades. Para Gouveia (1971), os cursos superiores na área da educação e nas ciências humanas não ofereciam

condições que permitissem o desenvolvimento de competências especializadas para o planejamento e para a execução de pesquisas educacionais. De acordo com Gouveia (1971),

[...] em nenhuma universidade brasileira se encontram, presentemente, as condições necessárias para a realização de pesquisas que possam oferecer contribuição relevante ao desenvolvimento educacional do País. (GOUVEIA, 1971, p.218).

As pesquisas em educação, produzidas nas instituições universitárias, não resultavam em respostas para a resolução dos problemas educacionais, centralizando as pesquisas em questões vagas e generalistas. Segundo Gouveia (1971, p.213), os estudos realizados no âmbito universitário eram “[...] em sua maioria exploratórios e descritivos [...] não passam de simples levantamento de dados [...] levando a resultados divergentes ou a nenhum resultado.” Os resultados de pesquisas educacionais eram descritos em “[...] relatórios com alguns dados e muitas especulações, ou muitos dados e poucas generalizações.” (GOUVEIA, 1971, p. 213).

Gouveia (1971) destaca para a formação do pesquisador a inclusão de questões sobre o gerenciamento de demandas burocráticas institucionais para a pesquisa em educação. Gouveia (1971) defende a presença do pesquisador na gestão das instituições de pesquisas pois os pesquisadores educacionais deparam-se com uma série de demandas burocráticas vinculadas ao desenvolvimento da pesquisa e à sua formação. Para Gouveia (1971, p. 209), “[...] a maior parte [do trabalho de pesquisa] é absorvida em outras atividades [institucionais]”.

Renato Di Dio (1974), no texto intitulado *A pesquisa educacional no Brasil*, discute-se um caminho para formação dos futuros pesquisadores educacionais brasileiros. Segundo Di Dio (1974), a pesquisa educacional nos Estados Unidos se expandiu quando os pesquisadores em educação norte-americanos foram enviados para a Europa. Centenas de pesquisadores americanos em formação dirigiram-se à Europa para aprender pesquisa em educação no início do século XX.

Di Dio (1974) afirma que a trajetória realizada para formação dos futuros pesquisadores educacionais norte-americanos projeta um caminho a ser seguido para a formação dos futuros pesquisadores educacionais brasileiros. Justifica a proposta pois os resultados das pesquisas educacionais no Brasil não possuíam objetividade e nem resultados satisfatórios em relação às demandas educacionais.

Di Dio (1974) compara a ida dos pesquisadores dos Estados Unidos para a Europa, no processo de expansão da institucionalização da pesquisa em educação nos Estados Unidos, com a expansão do processo de institucionalização da pesquisa em educação no Brasil com a ida dos futuros pesquisadores brasileiros para os Estados Unidos. O autor defende e identifica o modelo de gerenciamento institucional na pesquisa educacional e de formação do pesquisador em educação realizados nos Estados Unidos, sem especificar o modo e as condições para a transferência de modelos com condições históricas e cenários sociais distintos. Para Di Dio (1974, p.521), “[...] fenômeno se repete em nossos dias com a formação de professores brasileiros em Harvard, Stanford, Chicago, Columbia, etc.”

No texto Shib Mitra (1974), intitulado *Uma avaliação da pesquisa educacional americana*, discute-se a comunicação científica como parte do processo de formação do pesquisador em educação. Uma questão necessária para a formação do pesquisador em educação pois os resultados de pesquisas educacionais precisavam ter uma linguagem acessível para sua difusão e para o acesso dos administradores educacionais.

A comunicação dos resultados das pesquisas era tão importante quanto a presença de procedimentos científicos na investigação em educação. A socialização dos resultados, especialmente para os gestores e demais membros da comunidade educacional, tornava-se crucial para o reconhecimento e o desenvolvimento da pesquisa educacional. O modo de exposição dos resultados de pesquisas educacionais tornou-se uma preocupação na pesquisa em educação, pela apropriação de resultados de pesquisas e sua aplicação prática no âmbito da educação, especialmente na gestão dos recursos destinados para o sistema educacional. Mitra (1974) afirma que,

[...] é importante dar-se um balanço e produzir pesquisa que seja útil, significativa, relevante e expressa em linguagem que educadores, administradores educacionais e outros agentes de mudança em educação possam compreender. (MITRA, 1974, p.533)

No texto de Patrick Suppes (1974), intitulado *O lugar da teoria na pesquisa educacional*, discute-se a ausência da teoria no processo de formação do pesquisador em educação e a ausência da teoria no processo de produção das pesquisas educacionais. Suppes (1974) afirma que o papel histórico e intelectual da teoria é negligenciado ou minimizado na pesquisa educacional. Para Suppes (1974),

a teoria é parte fundamental do processo de investigação educacional e a realidade educacional impõe o reconhecimento da complexidade dos fenômenos e a necessidade da teoria para a explicação dessa complexidade. O pesquisador educacional precisa recorrer a diversas teorias de outras áreas do conhecimento. É o reconhecimento de que a educação não era capaz de produzir o suporte teórico necessário para o estudo dos problemas educacionais, que interagem para além da própria educação e que estão vinculados com os mais diversos problemas sociais. Reconhece-se na educação a necessidade de interação com estudos que buscam compreender a educação para além das necessidades do cotidiano da escola. Cabia aos pesquisadores educacionais a necessidade de intercâmbio com áreas diversas do conhecimento, para o desenvolvimento de teorias para área educacional. Suppes (1974) defende

[...] [a] aplicação de teorias desenvolvidas em Economia, Psicologia, Sociologia, Antropologia e outras ciências próximas dos problemas centrais da educação. [...] que tais aplicações continuarão a desempenhar papel principal na pesquisa educacional, tal como aconteceu no passado. O papel dos pesquisadores educacionais não deveria ser, simplesmente, o de testar teorias feitas por outros, mas também, o de criar novas teorias. (SUPPES, 1974, p.478)

No texto de Pedro Goergen (1985), intitulado *A pesquisa educacional no Brasil: dificuldades, avanços e perspectivas*, discute-se a responsabilidade da comunidade acadêmica na defesa dos interesses da população. Algo que não deveria se perder de vista no processo de formação do pesquisador educacional. Goergen (1985) destaca a necessidade de produção de pesquisas educacionais a partir de uma perspectiva popular. Pesquisas educacionais tem sido demandadas por necessidades burocráticas, divergentes da perspectiva de uma educação democrática, baseada nas demandas populares. Goergen (1985) critica a realização de pesquisas a partir das necessidades burocráticas, de estudos imediatistas e de curto alcance temporal, afirmando que “Os temas [de pesquisas] escolhidos [não levam] em consideração sua relevância social, seu compromisso com a história [...]”. (GOERGEN, 1985, p. 204).

No texto de Bernardete Gatti (1987), intitulado *Retrospectiva da pesquisa educacional no Brasil*, discute-se que o desenvolvimento da pesquisa educacional ocorrerá a partir do aperfeiçoamento na formação do pesquisador, formação a ser realizada nas instituições de pesquisas em educação por meio de estudos sistematizados. A presença de um espaço condizente para a realização de uma

atividade especializada, como a atividade de pesquisa educacional, requeria a presença de recursos humanos e materiais, bem como a cooperação e o apoio necessários para a constituição de equipes de pesquisa, para o trabalho de pesquisa contínuo. Nas instituições de pesquisas educacionais o processo de investigação estará abrigado sob melhores condições para sua realização. Gatti (1987) justifica que

[...] a pesquisa em educação no Brasil só começou a despontar de modo mais regular no final dos anos 30, com a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Com o desdobramento do INEP no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e nos Centros Regionais do Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia e Minas Gerais a produção do pensamento educacional brasileiro, via pesquisa sistemática, encontrou um espaço específico. (GATTI, 1987, p.279)

2.3.2 O desenvolvimento das instituições de pesquisas educacionais: a cooperação institucional em educação.

No texto publicado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1956) intitulado *Relatório preliminar da primeira conferência internacional de pesquisas educacionais*, discute-se a necessidade de um quadro institucional auxiliar à atividade de pesquisa educacional. Instituições de apoio no âmbito financeiro, técnico e científico, capazes de disponibilizar direta e/ou indiretamente um horizonte empírico e teórico mais amplos para a atividade de pesquisa em educação. Para o Inep (1956, p.147), “Cumpre organizar conferências e outros tipos de reuniões, para o planejamento de pesquisas que venham a produzir resultados significativos [...].”

Entre as possibilidades de cooperação institucional, destaca-se a melhoria das comunicações entre as instituições de pesquisas educacionais e demais instituições sociais, especialmente com as instituições do Estado. De acordo com o Inep (1956), a interação entre as instituições de pesquisas educacionais e as demais instituições sociais possibilitaria o reconhecimento das instituições de pesquisas como parte do processo de desenvolvimento econômico e de resolução de problemas educacionais provenientes dos processos de desenvolvimento. Segundo o Inep (1956),

É necessário aumentar e melhorar as comunicações, a fim de dotar a pesquisa educacional de maior eficácia, habilitando-a a preencher sua função precípua, de contribuir para o aperfeiçoamento da educação no mundo inteiro, nos níveis pessoal, comunal, nacional e internacional. (INEP, 1956, p. 132)

No texto de Bem Morris (1956), intitulado *A pesquisa educacional na Inglaterra e no País de Gales*, discute-se o distanciamento existente entre as instituições de pesquisas em educação e a comunidade educacional, bem como o distanciamento das instituições de pesquisas em educação dos gestores do sistema educacional. Morris (1956) sugere o estreitamento da relação entre instituições de pesquisas e os planejadores do Estado, para as demandas educacionais. A aproximação da pesquisa em educação com a comunidade educacional e seus gestores facilitaria o planejamento e o desenvolvimento da atividade de pesquisa em educação e daria condições de aproximar as pesquisas dos problemas educacionais mais urgentes. Dotaria as pesquisas educacionais e suas instituições de melhores condições para compreensão e resolução dos problemas educacionais.

No texto de Joseph Lauwerys (1963), intitulado *Pesquisa educacional no Reino Unido*, discute-se a necessidade de apoio técnico-científico às instituições de pesquisas em educação. O apoio às instituições de pesquisas em educação partiria de outras instituições científicas. Lauwerys (1963) destaca as agências de fomento à pesquisa no processo de cooperação institucional. De acordo com Lauwerys (1963), esperava-se a vinculação das instituições de pesquisas em educação a outras instituições científicas, através do fomento da pesquisa educacional e seu desenvolvimento como área de estudos sistematizada. Tal entendimento estava sustentado no princípio de que a pesquisa educacional necessitava produzir resultados substanciais para resolução dos problemas educacionais.

No texto de Michael McCarthy (1969), intitulado *O Estado e a pesquisa educacional*, discute-se o papel do Estado como principal agente fomentador da pesquisa educacional. Para McCarthy (1969) é fundamental a presença e intervenção do Estado na pesquisa educacional. A partir da presença do Estado junto às instituições de pesquisa educacionais, esperava-se a estruturação das instituições de pesquisas e sua autonomia financeira, com a participação permanente das instituições de pesquisas nas políticas de Estado, no planejamento e no auxílio à execução das políticas educacionais.

O estreitamento dos vínculos com as instituições do Estado possibilitaria um grande aporte de recursos financeiros direcionados à infraestrutura e à contratação de pessoal especializado. As instituições de pesquisas educacionais se constituiriam sob as necessidades mais amplas da sociedade em questão e teriam abrangência nacional de atuação. Segundo McCarthy (1969), a relação entre as instituições de

pesquisas educacionais e as instituições do Estado nem sempre ocorrerão de modo harmônico, em se tratando das prioridades de pesquisa e quanto aos recursos destinados para as demandas institucionais. A pesquisa educacional e seus resultados deveriam convergir com as diretrizes estatais, tornando-se um serviço de Estado e público. Condição que faria do pesquisador um funcionário do Estado, com metas e orçamentos determinados por órgãos alheios à pesquisa e à dinâmica científica. De acordo com McCarthy (1969),

[...] a educação e suas pesquisas [...] deveriam receber prioridade no apoio financeiro do Estado, [...] em relação com o plano estatal para o desenvolvimento sócio-econômico, de que os serviços educacionais constituem parte essencial. (McCARTHY, 1969, p. 23)

No texto de Aparecida Gouveia (1971), intitulado *A pesquisa educacional no Brasil*, discute-se a necessidade de intercâmbio entre os pesquisadores que trabalham com a pesquisa em educação e os demais pesquisadores de áreas de conhecimento similares. Para Gouveia (1971),

[...] algum esforço deveria ser feito no sentido de se desenvolver [...] a colaboração de pesquisadores de outros ramos das ciências humanas, programas de pesquisas que participassem professores e alunos de pós-graduação. (GOUVEIA, 1971, p.218-219)

No texto de Aparecida Gouveia (1974), intitulado *Algumas reflexões sobre a pesquisa educacional no Brasil*, discute-se a ausência de suporte institucional contínuo para as instituições de pesquisa em educação. Gouveia (1974) destaca a necessidade de se constituir mecanismos permanentes de comunicação entre as instituições de pesquisas e destaca a problemática da comunicação das instituições de pesquisas com as demais instituições do Estado. Para Gouveia (1974), a pesquisa em educação demanda por um volume cada vez maior de informações e a prioridade de acesso informacional é direcionada para outras instituições, relegando, às instituições de pesquisas em educação, pouca prioridade de acesso aos dados produzidos pelas demais instituições do Estado.

No texto de Shib Mitra (1974), intitulado *Uma avaliação da pesquisa educacional americana*, discute-se a cooperação financeira como questão fundamental para o desenvolvimento das instituições de pesquisas educacionais. Mitra (1974) destaca o processo de fomento das instituições de pesquisas educacionais norte-americanas e verifica que as pesquisas em educação nos Estados Unidos têm sido apoiadas a partir de fomentos realizados por governos e por instituições privadas. Para Mitra (1974), o modelo público-privado de fomento

para as instituições de pesquisas adotado nos Estados Unidos é considerado o mais adequado, visto os resultados já alcançados pelas pesquisas educacionais nos Estados Unidos.

No texto de Tarcísio Della Senta (1974), intitulado *A pesquisa educacional como pesquisa científica*, menciona-se a cooperação entre pesquisadores educacionais e pesquisadores de outras áreas de conhecimento. Segundo Della Senta (1974), a cooperação entre pesquisadores de áreas de conhecimento diversas evitaria estudos duplicados e desnecessários a serem realizados na pesquisa em educação. Para Della Senta (1974, p.137), essa cooperação “[...] evita que a pesquisa fique dando voltas sobre si mesma e a educação fique insistindo em explicar sempre as mesmas coisas e sempre da mesma maneira.”

No texto de Pedro Goergen (1985), intitulado *A pesquisa educacional no Brasil: dificuldades, avanços e perspectivas*, discute-se a importância de acordos institucionais que viabilizem a divulgação dos resultados de pesquisas em educação. Para viabilizar essa divulgação, Goergen (1985) afirma a necessidade de promoção de debates quanto ao processo de comunicação dos resultados das investigações entre as instituições de pesquisas educacionais. Os resultados de pesquisas educacionais necessitavam chegar não apenas ao gestor público, mas também às demais instituições escolares, ao professor e à comunidade escolar, incluindo-se pais e familiares. Pesquisadores e pesquisas precisavam direcionar sua comunicação para o exterior das instituições de pesquisas, indo até quem de fato se beneficiaria com as propostas presentes nos estudos realizados. Nesse sentido, Goergen (1985) afirma que

[...] os resultados da pesquisa educacional, realizada na universidade não vêm sendo divulgados adequadamente junto aos diversos segmentos sociais, supostamente destinatários interessados, sejam eles do próprio meio universitário, da comunidade dos pais, professores e alunos dos outros níveis de ensino, ou da sociedade em geral. Trata-se de um tema complexo devido aos vários fatores que nele interferem. (GOERGEN, 1985, p.203)

2.3.3 O desenvolvimento das instituições de pesquisas educacionais: a avaliação institucional da pesquisa em educação.

No texto publicado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1956), intitulado *Relatório preliminar da primeira conferência internacional de pesquisas educacionais*, discute-se a presença do Estado no processo de avaliação institucional, na condução do processo de avaliação das instituições de pesquisas

em educação. Justifica-se a avaliação institucional pelas instituições do Estado em virtude do aumento do número de instituições de pesquisas educacionais e pelo controle sobre a produção e o direcionamento do tipo de pesquisa produzidos institucionalmente. A avaliação institucional privilegiaria, segundo o Inep (1956, p.130), informações quanto ao “[...] intercâmbio de pessoas, [e] programas de assistência técnica [...]”.

No texto de Michael McCarthy (1969), intitulado *O Estado e a pesquisa educacional*, discute-se a presença do Estado como agente avaliador das instituições de pesquisas em educação. McCarthy (1969) alerta para o perigo do processo externo de avaliação institucional direcionar e determinar a produção intelectual nos espaços de pesquisa, engessando a atividade de pesquisa em educação. A avaliação não deveria interferir na total liberdade de criação, na produção de pesquisas e em seus resultados, na condução do tipo de pesquisas a serem realizadas. McCarthy (1969) destaca a possibilidade de intervenções do Estado sob o que pode ou não ser pesquisado, o que é ou não relevante para a pesquisa e suas consequências institucionais. Para as instituições e os pesquisadores educacionais, há o receio de que os modos de investigação na educação sejam o reflexo das prioridades do Estado e de suas políticas aplicadas nos processos de avaliação institucional. Para McCarthy (1969), a avaliação institucional é importante, pois,

Fundamentalmente, implica certamente algum controle e alguma forma de planejamento, em cooperação, das pesquisas e dos estudos educacionais. [...] O *controle* é necessário para restringir, regular ou criar um meio de avaliação comparada dos descobrimentos de quaisquer experiências. (MCCARTHY, 1969, p.29)

A favor do processo de avaliação institucional, de acordo com McCarthy (1969), destaca-se a necessidade de as pesquisas educacionais estarem compromissadas com os assuntos mais relevantes para a educação. Propõe a criação de um banco de dados alimentado pelas avaliações institucionais e disponibilizado para os pesquisadores, para as instituições e para os agentes públicos responsáveis pelo planejamento das políticas públicas na área educacional. Segundo McCarthy (1969),

Um sistema de registro e informação organizado em caráter nacional poderia proporcionar uma base para a avaliação comparativa, classificada, de todos os aspectos, de trabalhos concluídos e tornar seus descobrimentos positivos ou negativos mais rapidamente acessíveis aos

estudiosos do planejamento, educadores, investigadores e organizadores de estudos futuros. (MCCARTHY, 1969, p.30)

No texto de Aparecida Gouveia (1971), intitulado *A pesquisa educacional no Brasil*, discute-se a importância da avaliação institucional, pois não haviam estudos sobre as instituições de pesquisa em educação. Para Gouveia (1971), faz-se necessário o estudo sobre as instituições de pesquisas em educação e sua avaliação externa pois as instituições de pesquisas em educação foram constituídas, pelo menos no Brasil, sem condições de pleno funcionamento e suporte para a realização da atividade de pesquisa educacional. Gouveia (1971, p.213) valoriza a presença da avaliação institucional pois as “[...] instituições de pesquisa originam-se, frequentemente, da preocupação com problemas práticos”.

No texto de Renato Di Dio (1974), intitulado *A pesquisa educacional no Brasil*, discute-se que, por meio da avaliação institucional, seria possível medir o avanço das pesquisas e das instituições de pesquisas em educação. Um exemplo de indicador para avaliação institucional seria o levantamento do número de cursos de pós-graduação e de estudantes na pós-graduação. Segundo Di Dio (1974), seria possível através da avaliação institucional constituir um quadro preciso sobre o desenvolvimento e as necessidades institucionais da pesquisa em educação.

No texto de Maria Guidi (1979), intitulado *Encontro técnico sobre metodologia para avaliação de pesquisa educacional*, discute-se os critérios a serem utilizados na avaliação institucional. Guidi (1979) refere-se à seleção e ao escalonamento de prioridades para atuação das instituições de pesquisas em educação. Segundo Guidi (1979), deve ser priorizada uma proposta de avaliação institucional que comparasse as diversas formas de atuação das instituições de pesquisas em educação.

No texto de Oscar Serafini (1979), intitulado *Uma alternativa para avaliação de pesquisa educacional*, discute-se a necessidade de conhecimento das instituições de pesquisas em educação. Serafini (1979) expôs a necessidade de se obter alguns conhecimentos básicos das instituições de pesquisas em educação e elencou os apoios recebidos pelas instituições de pesquisas educacionais, as condições físicas das instituições, a equipe de pesquisadores e técnicos, as formas de organização e processos decisórios internos, bem como as metas e objetivos mais recentes. Os critérios para a avaliação institucional privilegiariam a análise da estrutura burocrática e funcional das instituições. Um processo de avaliação

institucional em que se considera o critério de eficácia. Eficácia traduzida na utilização de recursos e de resultados a serem apropriados pelos gestores públicos, no planejamento e/ou na execução das políticas educacionais. De acordo com Serafini (1979, p.185), o intuito dessa avaliação estava em “[...] uma indicação mais precisa possível das necessidades [institucionais] [...]” e quanto à capacidade de as instituições de pesquisas educacionais convergirem com as diretrizes políticas do Estado na área educacional.

3 ASPECTOS DOS DEBATES QUANTO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO NO PERIÓDICO *RBEP*.

O terceiro capítulo da dissertação refere-se à identificação de aspectos que caracterizem o processo de institucionalização da pesquisa em educação nos textos selecionados no periódico *RBEP*. O capítulo está organizado em uma apresentação do conteúdo seguido pela exposição dos aspectos identificados quanto à institucionalização da pesquisa educacional.

As informações selecionadas e organizadas, bem como, o referencial para leitura e reflexão dos debates permitem uma exploração inicial com fins analíticos. Um processo de reflexão mais robusto quanto à institucionalização da pesquisa educacional necessitará de uma base empírica ampliada. O que será realizado em uma pesquisa posterior com a presença de outros periódicos da área da educação. As considerações realizadas nesta pesquisa, através do material utilizado, permitem delinear dois aspectos que caracterizam o processo de institucionalização da pesquisa educacional no periódico *RBEP*.

Os aspectos constituídos quanto ao processo de institucionalização da pesquisa em educação consideram o referencial de estudo adotado na pesquisa e exposto no primeiro capítulo, bem como, os debates identificados e classificados no segundo capítulo da dissertação. O referencial adotado no primeiro capítulo da dissertação refere-se aos textos de Florestan Fernandes¹⁰ e os debates no segundo capítulo da dissertação referem-se aos textos do periódico *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*¹¹.

Para a caracterização do processo de institucionalização da pesquisa educacional no periódico *RBEP* foram selecionados dois aspectos para o estudo do processo de institucionalização. O primeiro aspecto de caracterização de um processo da institucionalização da pesquisa educacional, com base nos textos publicados no periódico *RBEP*, refere-se à dimensão político-institucional da pesquisa em educação e o segundo aspecto refere-se à dimensão normativo-funcional das instituições de pesquisa em educação. Esses dois aspectos compõem uma possibilidade de estudo da institucionalização da pesquisa educacional no periódico *RBEP* e para pesquisas futuras.

¹⁰ Ver os textos utilizados nas referências.

¹¹ Ver os artigos identificados nas referências.

O primeiro aspecto destacado quanto à institucionalização da pesquisa educacional no periódico *RBEP* é o aspecto político-institucional da pesquisa em educação. O aspecto constituído ampara-se nos debates quanto à capacidade de intervenção social dos resultados de pesquisas educacionais (Inep, 1956; Di Dio 1974; Goergen, 1985) no âmbito da educação, especificamente, na geração de modelos formativos e no apoio à gestão de um sistema educacional.

Tratando-se do segundo aspecto para a caracterização do processo institucionalização da pesquisa educacional no periódico *RBEP*, destaca-se o aspecto normativo-funcional das instituições de pesquisa em educação. O aspecto constituído ampara-se nos debates que discutem o modelo de estruturação e organização das instituições de pesquisas em educação, especificamente, quanto ao modelo que congrega burocratização e especialização (Xavier, 1999; Ferreira, 2008) para o funcionamento das instituições de pesquisas educacionais.

Os processos de institucionalização, e inclui-se a institucionalização da pesquisa em educação, são induzidos pelas transformações nas formas de produzir a existência material de uma sociedade. Um processo vinculado à complexificação, à especialização e à diversificação dos processos produtivos, bem como às técnicas de produção a serem incorporadas à dimensão do trabalho. Um processo vinculado à difusão do conhecimento condizente com as mudanças que a nova realidade produtiva/técnica impõe aos trabalhadores (Fernandes, 1981).

Como nenhum grupo social está previamente capacitado para auto reproduzir técnicas e valores por conta do subaproveitamento dos aspectos material e humano disponíveis, a resolução desta problemática está na formação em larga escala pela via institucional (Fernandes, 1974). À pesquisa educacional, demandaram-se estudos para racionalizar o trabalho e o aperfeiçoamento das técnicas direcionadas ao trabalho, via educação. Uma pesquisa devotada para a necessidade de reeducação e de um aprendizado objetivo vinculado às transformações sociais.

3.1 O político-institucional como aspecto do processo de institucionalização da pesquisa educacional.

Um aspecto para caracterização do processo de institucionalização da pesquisa educacional no periódico *RBEP* e construído ao longo da pesquisa é a dimensão político-institucional da pesquisa educacional. O aspecto político-

institucional da pesquisa em educação refere-se ao papel e à presença da pesquisa educacional e de suas instituições na resolução dos problemas educacionais, na capacidade de oferecer respostas para as demandas sociais de sua época, condição considerada essencial e de projeção para a institucionalização da atividade de pesquisa em educação.

Ao longo dos debates identificados sobre a institucionalização da pesquisa em educação, nos textos selecionados no periódico *RBEP*, verifica-se a preocupação dos pesquisadores educacionais quanto às mudanças em uma sociedade e à participação da pesquisa educacional e de suas instituições nos processos de mudanças. Através dos pesquisadores educacionais, compreende-se que o impulsionamento das pesquisas educacionais e de suas instituições ocorreriam através da participação dos resultados de pesquisas em educação nas políticas estatais de desenvolvimento e, especificamente, nas políticas educacionais patrocinadas pelo Estado. A transferência e a eficácia dos resultados de pesquisas em educação seriam fundamentais para a participação e desenvolvimento da pesquisa em educação e de suas instituições, projetando a pesquisa educacional e suas instituições como uma atividade social, reconhecidamente, capaz de colaborar na resolução dos problemas nacionais e, especificamente, para a resolução dos problemas educacionais.

Ao longo da pesquisa, pode-se identificar algumas discussões e indagações referentes à capacidade da pesquisa em educação e de suas instituições em intervir num processo de mudanças. Essa capacidade de intervenção, refere-se, especialmente, em fornecer os meios para uma formação rápida e em massa e em apoiar a organização e expansão de um sistema educacional.

Pode-se elencar algumas questões que perpassaram os debates e que vinculam o aspecto político-institucional da pesquisa em educação como parte do processo de institucionalização da pesquisa educacional. Duas questões se destacam para análise do aspecto político-institucional da pesquisa em educação.

A *primeira questão* identificada nos debates refere-se ao que foi denominado 'compromisso social da pesquisa em educação' e destacaram-se as discussões quanto à importância social das instituições educacionais e de suas pesquisas, desdobrando-se em discussões quanto à capacidade de institucionalização da atividade de pesquisa em educação, com ênfase para a constituição da missão e das funções sociais das instituições de pesquisas educacionais. A *segunda questão*

em debate refere-se à cooperação institucional para a pesquisa em educação. Nessa questão, debate-se a presença das instituições de pesquisas em educação junto às demais instituições sociais, em especial, a presença do Estado como principal agente institucionalizador da atividade de pesquisa em educação, desdobrando-se em discussões quanto ao reconhecimento da atividade de pesquisa em educação como atividade científica, com foco nos temas de pesquisa e na fundamentação dos resultados de pesquisas educacionais.

No aspecto político-institucional da pesquisa em educação, debate-se a importância social conferida às instituições de pesquisas em educação, ou seja, o papel que a atividade de pesquisa educacional deveria ocupar em uma sociedade em mudanças, por meio do potencial de alcance social dos resultados produzidos pela atividade de pesquisa.

A busca por uma missão para a atividade de pesquisa em educação partiu da problemática do acesso em massa à educação e demandou, à pesquisa educacional, tarefas quanto à formação de um grande quantitativo de pessoas. Um processo de formação em massa em que se deveria recompor a perda de referências a serem utilizadas no âmbito de uma coletividade, atuando sob as ações que se tornaram obsoletas para as novas demandas socialmente estabelecidas.

Uma demanda direcionada à pesquisa em educação foi a necessidade de novas descobertas, visando procedimentos que pudessem organizar e controlar racionalmente as técnicas de produção de sua época, destinando-as às atividades laborativas, seguindo um esquema padrão. As instituições educacionais precisavam introduzir novos critérios de formação, para um melhor aproveitamento do trabalho humano, alterando o comportamento conjunto de uma coletividade, de modo regular, marcadamente em hábitos motores, através de atividades rotineiras.

As discussões quanto à capacidade de institucionalização da atividade de pesquisa educacional relacionaram-se à dependência pela demonstração de auxílio dos resultados de pesquisas e de discussão da profundidade das pesquisas realizadas, pela capacidade de alcance social dos resultados. À pesquisa educacional e suas instituições cabia a participação nos debates nacionais quanto aos problemas educacionais, caracterizando o trabalho de pesquisa como essencial para reconhecimento e antecipação dos problemas na educação, bem como em diferenciar os problemas educacionais urgentes.

Além da discussão quanto à importância social da pesquisa em educação e de suas instituições e quanto à capacidade de institucionalização da atividade de pesquisa educacional, destaca-se o debate quanto à missão e as funções das instituições de pesquisas em educação. Ressalta-se o exemplo do Inep como uma instituição de destaque para a história da pesquisa educacional. Esse destaque foi conferido pela autonomia institucional conferida ao Inep e pela atribuição de funções que ultrapassavam o quadro de produção de pesquisas em educação. As funções atribuídas ao Inep não estavam circunscritas à dimensão pedagógica e à produção/organização das pesquisas em educação. Dentre as atribuições direcionadas ao Inep estava a participação na formulação, aplicação e gestão das políticas de Estado direcionadas à educação. A projeção político-institucional conquistada pelo Inep refletiu diretamente no desenvolvimento e na longevidade da instituição e deveu-se, em parte, pelo entendimento político de que a educação era parte estratégica para a transformação de uma sociedade.

A *segunda questão* vinculada ao aspecto político-institucional da pesquisa em educação refere-se ao estímulo e à realização de ações de cooperação institucional para a pesquisa em educação. Compreende-se que a pesquisa educacional e suas instituições deveriam estar presentes e atuantes num quadro sócio institucional mais amplo, na discussão de problemas de maior relevância para as transformações necessárias à sociedade, reconhecendo as instituições como fundamentais para o desenvolvimento econômico e social.

À cooperação institucional para a pesquisa educacional cabiam ações de apoio financeiro, técnico e científico, oferecendo condições de trabalho para o pesquisador, para a realização de pesquisas educacionais direcionadas aos problemas educacionais urgentes, bem como para a viabilidade operacional das instituições de pesquisa educacionais por meio de reuniões de planejamento e de assistência. As ações de cooperação institucional atendiam a capacidade de impulsionar a atuação das instituições, reforçando o papel social das instituições de pesquisas em educação, no cumprimento de sua missão, bem como na melhoria nas condições institucionais de atuação para a atividade de pesquisa educacional. Demandou-se a formação de um quadro institucional auxiliar à pesquisa educacional para o seu desenvolvimento, de colaboração para as instituições de pesquisas em educação por uma atuação sob demandas de maior abrangência e apelo social.

No processo de cooperação institucional, reconhece-se o debate que destaca o Estado como o agente central do processo de institucionalização e os desdobramentos para o reconhecimento da pesquisa educacional como uma atividade científica, fundamental para sua integração no âmbito das demais instituições produtoras de conhecimento. O reconhecimento da pesquisa educacional como uma atividade científica repercutiu em outra discussão e destacou a preocupação com o panorama temático das pesquisas educacionais e com a fundamentação dos resultados de pesquisas educacionais. A preocupação com o panorama temático e com a fundamentação dos resultados de pesquisas educacionais estava relacionada à dispersão e ao isolamento das instituições e das pesquisas em educação, cenário de pesquisas educacionais pouco aprofundadas e institucionalmente dispersas, pela falta de especialização e de integração de estudos presentes entre os diversos centros de pesquisas educacionais.

3.2 O normativo-funcional como aspecto do processo de institucionalização da pesquisa educacional

O segundo aspecto para caracterização do processo de institucionalização da pesquisa em educação no periódico *RBEP* refere-se ao aspecto normativo-funcional das instituições de pesquisas educacionais. O aspecto normativo-funcional considera o processo de estruturação e operacionalização das instituições que abrigam a atividade de pesquisa em educação. Para os autores dos textos selecionados no periódico *RBEP* não bastava constituir as instituições mas era preciso considerar o dia a dia do funcionamento institucional para o desenvolvimento da atividade de pesquisa. Um fator importante para o desenvolvimento das instituições foi a constituição da missão e das funções institucionais destinadas à pesquisa em educação.

Ao longo dos debates identificados sobre a institucionalização da pesquisa em educação nos textos selecionados no periódico *RBEP*, verifica-se a preocupação dos pesquisadores educacionais quanto ao desenvolvimento institucional da pesquisa em educação. Compreende-se a especificidade da atividade de pesquisa, suas demandas operacionais e estruturais para o pleno funcionamento da atividade de pesquisa em educação e para a sedimentação social das instituições de pesquisas educacionais. Compreendia-se que o desenvolvimento institucional da

pesquisa em educação passava pela capacidade de contratação de pessoal especializado e pela autonomia financeira das instituições, em contraposição às constantes oscilações orçamentárias sofridas com as políticas de Estado, a qual estavam vinculadas as instituições que abrigavam a atividade de pesquisa em educação.

No âmbito do aspecto normativo-funcional, definem-se algumas discussões que representam a preocupação não somente com a pesquisa em educação mas também com a atividade institucional em que a pesquisa educacional estivesse inserida. Nos debates, destacam-se o processo de estruturação e operacionalização, ou seja, discussões demarcadas, correspondentemente, pelo processo de burocratização e especialização da atividade de pesquisa em educação. Outros destaques para o desenvolvimento das instituições de pesquisas educacionais refere-se à tardia constituição e sedimentação da missão e das funções das instituições de pesquisas em educação e à presença estatal como mediadora no gerenciamento das instituições e pesquisas educacionais.

O processo de estruturação e operacionalização das instituições de pesquisas em educação foram moldados pelas condições em que se constituíram as instituições de pesquisas educacionais. Comumente citado nos debates é que as instituições de pesquisas educacionais nascem da urgência pela resolução de problemas decorrentes dos processos de desenvolvimento e de suas correspondentes políticas destinadas à área educacional e são marcadas pela imediatividade e praticidade das atividades de pesquisa em educação.

O modo de estruturação das instituições de pesquisas educacionais é decorrência de certas características das transformações econômicas de época. No caso dos debates identificados no periódico *RBEP*, quanto à institucionalização da pesquisa em educação, verifica-se a transformação de uma sociedade que diversificava e especializava sua produção material, rompendo com a produção totalmente manual ou pouco mecanizada para uma produção mecanizada, seriada, especializada, e que, ao mesmo tempo, tornava-se diversa em tipos de objetos produzidos, bem como no aumento exponencialmente quantitativo da produção. Nesse contexto produtivo material é que as instituições de pesquisas educacionais foram moldadas estrutural e operacionalmente, atuando por meio da racionalidade técnica da produção material industrial.

As transformações produtivo-material influenciaram diretamente na forma de constituição das instituições de pesquisas educacionais. Sua forma de estruturação desencadeou um modo de operacionalização institucional marcado pela racionalidade científica presente no processo de produção industrial em expansão e que, segundo Fernandes (1981), destaca-se pelo pensamento com previsibilidade, onde relacionam-se meios e fins em seu desdobramento no tempo e no espaço, mediados por critérios e referenciais objetivos.

A forma de estruturação e operacionalização das instituições de pesquisas em educação desencadeou a constituição de um modelo institucional que corresponde à burocratização e à especialização de suas atividades. O processo de burocratização é marcado pela aplicação mais eficaz dos recursos das políticas educacionais na lógica do menor custo e de maior produtividade (Ferreira, 2008) e o processo de especialização das atividades das instituições de pesquisas em educação é marcado pelo auxílio à difusão do conhecimento e sua conservação (Siqueira, 1978). Colaborou para o processo de difusão do conhecimento e sua conservação, a formação de áreas próprias de estudos destinadas à educação, no âmbito das instituições educacionais.

O processo de burocratização e especialização das funções institucionais na pesquisa em educação influenciou diretamente o planejamento das ações de pesquisas educacionais. Planejamento em que buscou-se eliminar as ações orientadas pelo acaso e pelo imprevisível, substituindo-as por ações objetivas, práticas, funcionais, de grande alcance e impacto social (Abreu, 2006).

Outra discussão verificada quanto ao aspecto normativo-funcional das instituições de pesquisa educacionais refere-se à presença do Estado no processo de constituição e mediação do funcionamento das instituições de pesquisas em educação. Trata-se de uma discussão em que o Estado, patrocinador das pesquisas educacionais, passa a influenciar diretamente no gerenciamento institucional e na condução da atividade de pesquisa educacional (McCarthy, 1969). As pesquisas educacionais passam a ser constituídas pelas necessidades burocráticas imprimidas pelas ações de Estado, especificamente, pelas políticas educacionais, demandadas pelas políticas de desenvolvimento. Essas necessidades burocráticas são direcionadas para absorção dos resultados de pesquisas educacionais e para incorporação dos resultados de pesquisas às necessidades administrativas, bem como ao planejamento e à execução racional dos recursos destinados à educação.

A pesquisa educacional passa ser compreendida para além do campo de atuação pedagógica e confere-se à pesquisa em educação um caráter político e cultural.

O aumento do número de instituições que acolhem a atividade de pesquisa em educação foi outra motivação para a presença do Estado no gerenciamento das instituições de pesquisas. O gerenciamento desse processo constituiu, na avaliação institucional, parte da aferição dos processos de gestão e do direcionamento do tipo de pesquisa produzido institucionalmente, determinando o que é ou não relevante em pesquisa educacional, bem como o funcionamento institucional como reflexo das prioridades do Estado (Cardoso, 1978). Os processos de avaliação contribuíram para a constituição e delimitação de critérios de seleção e escalonamento das prioridades para atuação institucional e da produção de pesquisas, construindo um panorama normativo-funcional que interagisse com as diretrizes políticas do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais, destacam-se alguns aspectos relacionados ao processo de estudo e pesquisa. Verifica-se a escassez de textos e análises disponíveis para consulta e estudo quanto ao tema da institucionalização da pesquisa em educação. A institucionalização da pesquisa em educação não é um tema de destaque nos textos identificados sobre a pesquisa educacional e/ou pesquisa em educação no periódico *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*. Não se verifica a menção ao tema da institucionalização da pesquisa educacional nos títulos e/ou palavras-chave dos textos selecionados sobre pesquisa em educação e/ou pesquisa educacional. A discussão sobre a institucionalização da pesquisa em educação encontra-se presente ao longo dos textos sobre pesquisa educacional e/ou pesquisa em educação, nos textos identificados no periódico *RBEP* e sua identificação ocorreu graças ao suporte do referencial teórico adotado.

Os descritores *pesquisa educacional e/ou pesquisa em educação* presentes nos títulos e/ou palavras-chave dos textos selecionados foram definidos, entendendo-os como possibilidade de acesso às discussões quanto à institucionalização da pesquisa em educação. Os debates sobre a institucionalização da pesquisa em educação encontram-se presentes de forma pontual e dispersa nos textos identificados, sob a forma de problematizações, argumentações e proposições quanto às instituições, aos processos de pesquisa e à relação entre as instituições e a sociedade em transformação.

Discussões sobre a institucionalização da pesquisa em educação são verificadas nos debates quanto à institucionalização da pesquisa educacional na abordagem da temática pesquisa educacional, especificamente, sobre a formação do pesquisador, à cooperação institucional e à avaliação institucional. Os debates identificados não são reveladores dos processos de institucionalização da pesquisa em educação, contudo, as discussões identificadas possibilitam a organização e a construção de aspectos vinculados à institucionalização da pesquisa educacional.

Destaca-se que as considerações realizadas quanto aos debates sobre o processo de institucionalização possibilita observar a função e a relevância das instituições de pesquisas em educação. Reflexões quanto à institucionalização da pesquisa em educação possibilitaram pensar a projeção político-institucional da

atividade de pesquisa em educação e a possibilidade de pensar o panorama normativo-funcional das instituições de pesquisa educacionais.

O acesso às discussões sobre a institucionalização da pesquisa em educação dependeu das informações fornecidas pelos autores. Os autores dos textos identificados sobre *pesquisa educacional* e/ou *pesquisa em educação* descrevem e/ou refletem pontualmente os contextos de criação dos textos, das condições político-institucionais atravessadas por suas pesquisas, auxiliando a identificação dos aspectos quanto ao processo de institucionalização da pesquisa em educação. Verifica-se através dos autores dos textos identificados que as instituições são centrais para o desenvolvimento da pesquisa educacional, no acolhimento do pesquisador e de seu trabalho, no fornecimento das condições capazes de ampliar o alcance dos resultados das pesquisas. As instituições de pesquisas educacionais tornaram-se o espaço privilegiado de construção, de legitimação e de difusão das pesquisas educacionais. Todos os autores dos textos sobre *pesquisa educacional* e/ou *pesquisa em educação* se identificam, institucionalmente, nos textos publicados no periódico, ou seja, é demarcado e destacado o vínculo institucional, no momento de produção e publicização dos resultados de pesquisa.

Outro destaque é o autor referência adotado ao longo da pesquisa. Florestan Fernandes é reconhecidamente um autor da Sociologia, porém, Florestan Fernandes publicou sobre educação ao longo de boa parte de sua vida acadêmica e possuiu, reconhecidamente, uma atuação militante a favor da educação pública, laica e popular. Textos de Florestan Fernandes sobre educação podem ser encontrados desde a década de 1950. Alguns dos primeiros textos sobre educação escritos por Florestan Fernandes fizeram parte do livro *Educação e Sociedade no Brasil*, lançado no início dos anos de 1960. As temáticas de destaque na obra de Florestan Fernandes referem-se ao folclore, ao negro, ao desenvolvimento, à universidade, entre outros temas. A institucionalização e a institucionalização da pesquisa educacional não são temáticas reconhecidas em Florestan Fernandes e suas análises pontuais não se encontram sistematizadas ao longo de sua produção acadêmica. Discussões e análises sobre a pesquisa em educação e/ou processos de institucionalização e/ou a institucionalização da pesquisa encontram-se dispersos nos textos de Florestan Fernandes e a pesquisa teve a tarefa de organizar e sistematizar as análises realizadas por Fernandes.

Outro desafio foi a identificação das discussões e das questões quanto à institucionalização da pesquisa educacional nos textos sobre *pesquisa educacional* e/ou *pesquisa em educação* na *RBEP*. Foi necessária a leitura integral das principais obras de Florestan Fernandes, especialmente, os textos sobre educação e sobre as transformações sociais no Brasil e na América Latina. A partir da leitura e do estudo das principais obras de Florestan Fernandes, mencionadas nas referências dessa dissertação, foi possível identificar um caminho para compreender os fatores que impulsionam a criação e o desenvolvimento das instituições de pesquisas e a identificação dos debates quanto ao processo de institucionalização da pesquisa educacional.

A partir das leituras e do estudo das principais obras de Florestan Fernandes, compreende-se que o processo de institucionalização da pesquisa em educação está diretamente vinculado ao desnivelamento entre a relação força de trabalho e formação do trabalhador, de incorporação de procedimentos técnicos do trabalho à vida cotidiana, originados pelas transformações nas formas de produção material e pelas transformações nos modos de organização das relações em sociedade. A incorporação de novos procedimentos de trabalho à vida cotidiana suscitou a constituição de processos de institucionalização.

A pesquisa identificou os aspectos do processo de institucionalização da pesquisa em educação nos textos do periódico *RBEP*. Através do periódico *RBEP* é possível obter indiretamente um panorama desse processo. Desdobramentos quanto ao processo de institucionalização da pesquisa em educação continuam em tempos presentes. É tarefa para pesquisas futuras a identificação e o estudo dos aspectos que participam, nos tempos atuais, do processo de institucionalização, do desenvolvimento das instituições de pesquisas educacionais e da relação das instituições de pesquisas educacionais com a sociedade de seu tempo, por meio dos debates recentes sobre pesquisa educacional, nos periódicos acadêmicos da área educacional.

Sugere-se a continuidade da pesquisa e sua ampliação para outros periódicos da área da educação, especialmente a busca dos textos sobre *pesquisa educacional* e/ou *pesquisa em educação*, presentes na plataforma *Qualis*, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A continuidade da pesquisa sobre a institucionalização da pesquisa educacional nos anos recentes dá-se pela relevância do cenário econômico-político enfrentado pelas instituições de pesquisas.

Cenário que considera os processos de avaliação institucional e da pesquisa em educação como aspectos indutores e relevantes do desenvolvimento das instituições de pesquisas. São questões quanto à autonomia acadêmica, gerencial e financeira das instituições de pesquisas em educação, bem como a participação e contribuição social para os problemas da educação brasileira. Não menos importante é o estudo dos processos de gestão das instituições de pesquisas em educação.

Constituem-se a partir dos aspectos caracterizados, para o entendimento do processo de institucionalização, duas questões para estudos e debates futuros quanto às instituições de pesquisas educacionais. A primeira questão refere-se ao contexto de projeção político-institucional da pesquisa educacional, considerando as instituições de pesquisas em educação no quadro das demais instituições sociais. Outra questão refere-se ao atual panorama normativo-funcional das instituições de pesquisas em educação e considera-se o modelo de estruturação e de operação das instituições de pesquisas em educação, marcadamente pela via da burocratização e especialização.

Por fim, destaca-se que a vida cotidiana necessita de referências para sua condução regular e planejada. A capacidade de assegurar o presente e as condições de viver são fundamentais. De outro modo, a vida se reinventa, as condições se transformam e as necessidades se ampliam. O que era sedimentado se fissa. Nessas circunstâncias é preciso se reinventar e constituir novos processos, novas referências, novos modos de viver. As instituições são constituídas como mecanismos de auxílio à sobrevivência de uma coletividade e delas espera-se a constituição de certos padrões e, ao mesmo tempo, os subsídios necessários de adaptação às novas condições de viver. Daí a relevância do estudo das instituições e dos processos de desenvolvimento institucional e da institucionalização da pesquisa em educação.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. Uma política para a pesquisa educacional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 87, n. 215, p. 77-80. 2006.

ALVARENGA, L. Contribuições para os estudos sobre a pesquisa educacional no Brasil: análise bibliométrica de artigos da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (1944-1974). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 81, n. 198, p. 244-272. 2000.

_____. A institucionalização da pesquisa educacional no Brasil: estudo bibliométrico dos textos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 1944-74. 1996. 249f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

ALVES-MAZZOTTI, A. Relevância e aplicabilidade da pesquisa em educação. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, s/v, n. 113, p. 39-50. 2001.

CARDOSO, M. *Ideologia do desenvolvimento: Brasil JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 459 p.

_____. O mito do método. In: SEMINÁRIO DE METODOLOGIA ESTATÍSTICA, s/n, 1971, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1971.

DELLA SENTA, T. A pesquisa educacional como pesquisa científica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.63, n.145, p. 135-138. 1979.

DI DIO, R. A pesquisa educacional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.60, n.136, p.518-525. 1974.

FERNANDES, F. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, 1966. 614p.

_____. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2011. 504p.

_____. *Universidade Brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. 257p.

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 283p.

_____. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1974. 359p.

_____. *A sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 377p.

_____. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. Rio de Janeiro: LTC, 1978. 345p.

FERREIRA, M. Usos e funções dos estudos promovidos pelos Centros de Pesquisa do Inep entre as décadas de 1950 e 1970. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.89, n.221, p. 72-89. 2008.

FONSECA, P; SALOMÃO, I. O sentido histórico do desenvolvimentismo e sua atualidade. *Revista Contemporânea de Economia*. Rio de Janeiro, v 21, n.2, p.1-20, maio/ago. 2017.

GATTI, B. Retrospectiva da pesquisa educacional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.68, n.159, p.279-288. 1987.

_____. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 113, p. 65-81, 2001.

GOERGEN, P. A pesquisa educacional no Brasil: dificuldades, avanços e perspectivas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.66, n.153, p. 201-214. 1985.

GOUVEIA, A. A pesquisa educacional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógico*. Rio de Janeiro, v.55, n.122, p. 209-241. 1971.

_____. A pesquisa educacional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógico*. Rio de Janeiro, v.60, n.136, p. 496-500. 1974.

GÜIDI, M. Encontro técnico sobre metodologia para avaliação de pesquisa educacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.63, n.145, p. 129-131. 1979.

HYLLA, E. A natureza e as funções da pesquisa educacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 26, n. 63, p. 78-90. 1956.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (Brasil). Relatório preliminar da primeira conferência internacional de pesquisas educacionais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.26, n.63, p. 123-157.1956.

_____. *Memória viva da educação brasileira*: Florestan Fernandes. Brasília: Inep/MEC, 1991. 62 p.

KUENZER, A. A pesquisa em educação no Brasil: algumas considerações. *Em Aberto*. Brasília, ano 5, n. 31, jul./set. 1986.

LAUWERYS, J. Pesquisa educacional no Reino Unido. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.39, n.90, p. 24-34. 1963.

LIMA, T; MIOTO, R. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katalysis*. Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45. 2007.

McCARTHY, M O Estado e a pesquisa educacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.52, n.115, p. 22-32. 1969.

- MARTINS, O. Metodologia das pesquisas educacionais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.49, n.94, p. 134-149. 1964.
- MITRA, S. Uma avaliação da pesquisa educacional americana. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.60, n.136, p. 527-534. 1974.
- MORRIS, B. A pesquisa educacional na Inglaterra e no País de Gales. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.26, n.63, p. 32-53. 1956
- RIBEIRO NETTO. A. Estímulos a pesquisa educacional. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 16, p. 72-73, 1976.
- RODRIGUES, C. et al. Pesquisa em educação e bricolagem científica: rigor, multirreferencialidade e interdisciplinaridade. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 46, n. 162, p. 966-982, 2016.
- SAVIANI. D. O Inep, o diagnóstico da educação brasileira e a RBEP. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 93, n. 234, [número especial], p. 291-322, maio/ago. 2012.
- SERAFINI, O. Uma alternativa para avaliação de pesquisa educacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.63, n.145, p. 179-186. 1979.
- SILVA, L. et al. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, X, 2009, Curitiba. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009.
- SIQUEIRA, M. O Inep e a pesquisa educacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.62, n.142, p. 115-118. 1978
- SUPPES, P. O lugar da teoria na pesquisa educacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.60, n.136, p. 467-479. 1974.
- VELLOSO, J. Pesquisa educacional na América Latina: tendências, necessidades e desafios. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 81, p. 5-21, maio, 1992.
- XAVIER, L. Regionalização da pesquisa e inovação pedagógica: os Centros de Pesquisas Educacionais do Inep (1950-1960), *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.80, n.194, p. 81-92. 1999.

ANEXO - Artigos sobre pesquisa educacional e/ou pesquisa em educação, na Seção Ideias e Debates, Estudos e Debates e Estudos, na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*

ALVARENGA, L. Contribuições para os estudos sobre a pesquisa educacional no Brasil: análise bibliométrica de artigos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1974). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.81, n.198, p. 244-272. 2000.

BRAGANÇA, I. O/a professor/a e os espelhos da pesquisa educacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.90, n.224, p. 87-101. 2009.

DELLA SENTA, T. A pesquisa educacional como pesquisa científica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.63, n.145, p. 135-138. 1979.

DI DIO, R. A pesquisa educacional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.60, n.136, p.518-525. 1974.

FERREIRA, M. Usos e funções dos estudos promovidos pelos Centros de Pesquisa do Inep entre as décadas de 1950 e 1970. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.89, n.221, p. 72-89. 2008.

GATTI, B. Retrospectiva da pesquisa educacional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.68, n.159, p.279-288. 1987.

GOERGEN, P. A pesquisa educacional no Brasil: dificuldades, avanços e perspectivas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.66, n.153, p. 201-214. 1985.

GOUVEIA, A. A pesquisa educacional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógico*. Rio de Janeiro, v.55, n.122, p. 209-241. 1971.

_____. A pesquisa educacional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógico*. Rio de Janeiro, v.60, n.136, p. 496-500. 1974.

GÜIDI, M. Encontro técnico sobre metodologia para avaliação de pesquisa educacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.63, n.145, p. 129-131. 1979.

HYLLA, E. A natureza e as funções da pesquisa educacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 26, n. 63, p. 78-90. 1956.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Relatório preliminar da primeira conferência internacional de pesquisas educacionais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.26, n.63, p. 123-157.1956.

LAUWERYS, J. Pesquisa educacional no Reino Unido. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.39, n.90, p. 24-34. 1963.

McCARTHY, M. O Estado e a pesquisa educacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.52, n.115, p. 22-32. 1969.

MARTINS, O. Metodologia das pesquisas educacionais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.49, n.94, p. 134-149. 1964.

MITRA, S. Uma avaliação da pesquisa educacional americana. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.60, n.136, p. 527-534. 1974.

MORRIS, B. A pesquisa educacional na Inglaterra e no País de Gales. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.26, n.63, p. 32-53. 1956

SERAFINI, O. Uma alternativa para avaliação de pesquisa educacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.63, n.145, p. 179-186. 1979.

SIQUEIRA, M. O Inep e a pesquisa educacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.62, n.142, p. 115-118. 1978

SUPPES, P. O lugar da teoria na pesquisa educacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.60, n.136, p. 467-479. 1974.

XAVIER, L. Regionalização da pesquisa e inovação pedagógica: os Centros de Pesquisas Educacionais do Inep (1950-1960), *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.80, n.194, p. 81-92.1999.